Título I - Dos Princípios Fundamentais do Plano Diretor

Título II – Das Políticas Públicas: Diretrizes e Ações Estratégicas

Capítulo Único – Das Diretrizes do Desenvolvimento

Seção I – Da Dimensão Sociocultural.

Seção II – Da Dimensão Econômica

Seção III - Da Dimensão Geoambiental

Seção IV – Da Dimensão Político - Institucional

Título III – Da Política Urbana e Rural

Capítulo I - Das Diretrizes da Política Urbana e da Legislação Urbanística Básica

Capítulo II – Do Sistema Viário e de Transporte

Capítulo III – Dos Equipamentos de Recreação, Esportes e Lazer

Capítulo IV - Da Infra-estrutura

Capítulo V - Das diretrizes da Política de Desenvolvimento Rural

Título IV - Da Implantação do Plano Diretor e do Processo de Planejamento

Capítulo I - Dos Instrumentos Institucionais e Financeiros para a Implantação do Plano Diretor

Capítulo II - Do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia de Goiás

Título V - Das Disposições Finais e Transitórias

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º /2006

Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor de Alexânia.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALÉXÂNIA

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PLANO DIRETOR

Art. 1.º - O Plano Diretor de Alexânia baseia-se nos princípios do desenvolvimento sustentável, o qual passa a ser assumido como paradigma pela municipalidade que o promoverá, de modo integrado e sistêmico, abrangendo toda a dinâmica da vida social e comunitária do Município e de seus habitantes, em todas as suas dimensões, no meio rural e urbano, na sede municipal, no Distrito Olhos d'Água e nos demais distritos que por ventura venham a ser criados no Município, com a finalidade de obter a melhoria da qualidade de vida da população e o incremento do bem estar da comunidade, para as gerações atuais e futuras.

Parágrafo único. O Plano Diretor tem como área de abrangência a totalidade do território municipal, nos termos do Parágrafo 2.º do Art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 2.º Além da presente Lei do Plano Diretor, são partes integrantes do Plano Diretor de Alexânia, os seguintes documentos:

Plano Diretor de Alexânia – Diagnóstico Situacional, em volume único;
Plano Diretor de Alexânia– Macrozoneamento e Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Municipal, em volume único.

§ 1.º O Diagnóstico Situacional do Plano Diretor de Alexânia é subdividido em quatro capítulos, a saber:

Capítulo I – Dimensão Sociocultural;
Capítulo II – Dimensão Econômica;
Capítulo III – Dimensão Geoambiental;
Capítulo IV – Dimensão Político-Institucional.

§ 2.º O volume Macrozoneamento e Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Municipal, é constituído por dois capítulos:

I. Capítulo I - Macrozoneamento, contendo o zoneamento municipal, zoneamento da sede municipal e a hierarquização do sistema viário da sede municipal.

II. Capítulo II – Diretrizes e Estratégias para o Desenvolvimento Municipal, relativas às dimensões sociocultural, econômica, geoambiental e político-institucional.

§ 3.º Integram o Plano Diretor, as leis de parcelamento e uso do solo e do perímetro urbano.

Art. 3.º São princípios fundamentais do Plano Diretor:

- I. a garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;
- II. a preservação do meio ambiente natural e cultural do Município;
- III. o desenvolvimento sustentável do Município;
- IV. a busca e realização da igualdade e da justiça social;
- V. a participação popular no processo de planejamento municipal.

§ 1.º As funções sociais da cidade são compreendidas como direito de todo cidadão de acesso à moradia, ao transporte público, ao saneamento básico, à energia elétrica, à iluminação pública, à saúde, à educação, à cultura, às creches, ao lazer, à segurança pública, aos espaços e equipamentos públicos e à preservação do Patrimônio Cultural.

§ 2.º As funções sociais da propriedade estão condicionadas às funções sociais da cidade, às diretrizes do desenvolvimento municipal e às exigências deste Plano Diretor.

Art. 4.º O Plano Diretor de Alexânia é o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável do Município, inclusive de sua Política Urbana.

Art. 5.º São objetivos do desenvolvimento sustentável municipal:

- I. ordenação do crescimento do Município, em seus aspectos físicos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e administrativos;
- II. pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município, respeitando a capacidade de suporte dos recursos naturais e as características culturais, históricas e sociais locais;
- III. atendimento das necessidades da população quanto à habitação, trabalho, lazer, educação, cultura, desportos, transportes, saúde, saneamento básico, segurança e assistência social, com atenção especial aos segmentos que possuem necessidades especiais;
- IV. integração da ação governamental municipal com a dos órgãos e entidades federais e estaduais, no sentido de atingir esses objetivos;
- V. preservação do Patrimônio Cultural do Município, nos termos do que reza o Art. 216 da Constituição Federal de 1988;
- VI. ordenação do uso e ocupação do solo, visando a garantia das funções sociais da propriedade urbana, em consonância com o que dispõem os Art.s 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

Art. 6.º Os Planos Plurianuais, as Leis e Diretrizes Orçamentárias, as Leis Orçamentárias, bem como todos os planos e ações do governo municipal, em todas as suas áreas de abrangência, deverão estar de acordo com os preceitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 7.º O planejamento e a coordenação das atividades governamentais de promoção do desenvolvimento sustentável e da Política Urbana do Município são atribuições dos poderes Executivo e Legislativo, no âmbito de suas competências.

Art. 8.º A participação da sociedade no processo de gestão e planejamento municipal, iniciada no processo de elaboração do Plano Diretor, consolidará o exercício de direito à cidadania da população, obedecidos os princípios consagrados na Lei Orgânica do Município e neste Plano Diretor, especialmente as disposições constantes no Título IV.

Art. 9.º O direito de construir está submetido ao cumprimento dos princípios previstos no Art. 3.º desta Lei do Plano Diretor de Alexânia.

Art. 10. O Plano Diretor deverá viabilizar a criação de novos mecanismos que assegurem a integração intergovernamental com vistas ao desenvolvimento sustentável do Município e da região, pelo melhor aproveitamento de suas vocações, aproveitando de forma racional a potencialidade do território e garantindo a qualidade de vida da população.

Parágrafo único. Todas as intervenções de órgãos federais, estaduais e municipais no âmbito da Política Urbana e territorial, deverão estar de pleno acordo com as diretrizes expressas neste Plano Diretor de Alexânia.

Art. 11. - A intervenção do Poder Público para condicionar o exercício do direito da propriedade urbana ao interesse coletivo, tem como finalidade:

- I. condicionar a densidade populacional com a correspondente e adequada utilização da infra-estrutura urbana;
- II. gerar recursos para o abastecimento da demanda de infra-estrutura e de serviços públicos provocada pelo adensamento decorrente de ocupação nas áreas ainda não urbanizadas;
- III. promover o adequado aproveitamento do espaço urbano, respeitados os padrões urbanísticos e o direito da propriedade;
- IV. criar zonas, setores e áreas sujeitas a regimes urbanísticos específicos;
- V. condicionar a utilização do solo urbano aos princípios de proteção ao meio ambiente e de valorização do Patrimônio Cultural.

Art. 12. - O Plano Diretor é parte integrante de um processo contínuo de planejamento, onde estão assegurados os objetivos e diretrizes definidos nesta Lei e a participação popular na sua implementação e revisão.

§ 1.º O horizonte de planejamento deste Plano Diretor é o ano de 2016, ano no qual o Município deverá revisar este instrumento de planejamento para o desenvolvimento sustentável, assim como revisar a Legislação Urbanística Básica – LUB, composta pela Lei do Perímetro Urbano, pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, pelo Código de Obras e pelo Código de Posturas.

§ 2.º O Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia, a ser implantado nos termos que reza o Título IV desta Lei, estará encarregado da coordenação das revisões citadas nos Parágrafos anteriores, garantindo a

democratização das discussões sobre o planejamento municipal e urbano, respeitando os princípios fundamentais constantes no Art. 3.º desta Lei.

Art. 13. Quaisquer atividades que venham se instalar no Município, independente da origem da solicitação, terão que obedecer às normas dispostas neste Plano Diretor e na Legislação Urbanística Básica - LUB, além de outros instrumentos legais que venham a ser considerados como tais.

Parágrafo único. Nos casos previstos na Lei, os empreendedores deverão submeter seus projetos à apreciação e anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia, sem prejuízo de outras exigências legais previstas nas legislações estadual e federal e mesmo em legislação municipal existente ou futura.

TÍTULO II DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS

CAPÍTULO ÚNICO DAS DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO

Art. 14. - Integram o Plano Diretor, as diretrizes, normas gerais e demais instrumentos legais que regerão a política de desenvolvimento sustentável do Município e a ordenação do seu território, visando, em termos gerais:

- I. definir diretrizes de ocupação para as zonas rurais, visando o cumprimento da função social da terra, as características de cada região e a proteção das áreas sensíveis.
- II. estimular atividades econômicas, ligadas ao turismo ecológico e rural que utilize os potenciais existentes, reserve as áreas com possibilidade de instalação de infraestrutura mínima e preserve as áreas ambientalmente mais sensíveis;
- III. estimular a produção na pequena propriedade, principalmente na de produção familiar;
- IV. incentivar a participação da comunidade e de suas entidades representativas no estudo de solução para seus problemas, através de planos, programas e projetos;
- V. proteger o Patrimônio Cultural, compatibilizando o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente e, incentivo às manifestações culturais;
- VI. garantir o livre acesso de todos os cidadãos aos equipamentos públicos do Município;
- VII. promover o saneamento básico, a pavimentação e a garantia de áreas destinadas ao assentamento da população, mediante a implantação de programas habitacionais;
- VIII. garantir a implementação de áreas de lazer e recreação nos diversos bairros e localidades do Município;
- IX. garantir a existência das áreas necessárias à instalação dos equipamentos e serviços públicos;
- X. impedir a ocupação das áreas de risco geológico, de mananciais e das áreas de preservação permanente;
- XI. conceber um modelo de desenvolvimento econômico, onde se objetive a diversificação e integração entre os diversos setores produtivos;
- XII. integrar os diversos bairros e núcleos de população do Município;
- XIII. desenvolver um sistema de planejamento municipal que integre os diversos setores da administração pública e concessionárias de serviços públicos, no desenvolvimento

dos programas e ações de interesse coletivo;

XIV. incentivar a livre iniciativa, visando o fortalecimento das atividades econômicas, notadamente aquelas ligadas ao desenvolvimento dos setores agropecuário, turístico e de educação.

Art. 15. Adotando o desenvolvimento sustentável como paradigma para o desenvolvimento municipal, o Poder Público irá estruturar políticas que vise a promoção de um desenvolvimento integrado e sustentável, expresso nas diferentes dimensões da vida sociocultural, econômica, geoambiental e político-institucional do Município.

Parágrafo único. As iniciativas, ações, projetos, planos e programas setoriais e/ou multissetoriais, sejam dos governos municipal, estadual ou federal deverão se adequar às diretrizes deste Plano Diretor, nos termos em que determinam os Art.s 3º, 4º e 5º desta Lei.

Seção I - Da Dimensão Sociocultural

Art. 16. O desenvolvimento sociocultural do Município de Alexânia tem como diretriz promover sua transformação social, visando a integração de sua população, natural e não-natural, rural e urbana, e respeitando seu patrimônio cultural local, através de uma gestão participativa das políticas sociais que vise a ampliação da cobertura dos serviços e equipamentos de consumo coletivo, a melhoria qualitativa dos serviços sociais e urbanos e a proteção dos segmentos menos favorecidos da população, de forma integrada institucionalmente e articulada às políticas estadual e federal e se dará, prioritariamente, segundo as seguintes linhas estratégicas:

- I. melhorar o nível sociocultural da população local, melhorando suas condições de inserção socioeconômica na vida municipal, através da ampliação planejada da cobertura dos serviços de ensino fundamental e da melhoria de sua qualidade;
- II. proteger e valorizar o patrimônio histórico e cultural de Alexânia, como forma de promoção da vida social e comunitária, de forma convergente com os processos de melhoria das condições de vida, de dinamização econômica e de modernização urbana;
- III. implantar, efetivamente, modelo de promoção social que desenvolva ações integradas na melhoria das condições de vida, formação escolar e profissional e geração de renda da população, de forma institucionalmente integrada, interna e externamente ao município;
- IV. investir na melhoria da qualidade de vida social e urbana, a partir de um modelo de gestão eficiente e transparente dos serviços públicos essenciais, estabelecendo parcerias entre as demais esferas de governo, visando a melhoria desses serviços;
- V. adotar, na política de segurança pública, o enfoque do desenvolvimento social – promoção social e geração de emprego e renda, em parceria e complementação às ações do governo estadual, a quem cabe, constitucionalmente, a promoção da segurança pública.

Art. 17. São ações prioritárias para o desenvolvimento sociocultural do Município:

- I. criar e implantar, em parceria com o Estado, e com os estabelecimentos de ensino da rede privada, um Programa de Ampliação da Oferta de Vagas e da Qualidade do Ensino Médio e Acesso ao Ensino Superior, obedecendo às deliberações deste Plano Diretor, as quais devem estar refletidas no Plano Municipal de Educação e Cultura;
- II. ampliar escolas do ensino médio na sede e propiciar transporte gratuito, para os jovens da zona rural e ou a instalação de escolas do ensino médio nos maiores aglomerados rurais e fomento de cursos profissionalizantes direcionados ao interesse local;
- III. no âmbito do Plano Municipal de Educação e Cultura, estabelecer e cumprir metas de ampliação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos;
- IV. consolidar o novo modelo de gestão do setor de educação e da cultura, por meio da criação do Conselho Municipal de Educação e Cultura e do Plano Municipal de Educação e Cultura;
- V. no âmbito do Plano Municipal de Educação e Cultura, redesenhar programas e projetos de qualificação profissional de docentes e funcionários, na forma de um Programa Municipal de Qualificação Profissional de Docentes e Funcionários, visando estimular sua permanência na rede municipal e estadual, que contemple a situação funcional desses servidores municipais, notadamente nos Planos de Carreiras e Vencimentos do funcionalismo;
- VI. estabelecer as diretrizes da política municipal de proteção ao patrimônio cultural, material e imaterial, urbano e rural e realizar o inventário dos mesmos;
- VII. priorizar o cumprimento das metas já previstas nos instrumentos e mecanismos de planejamento setorial da saúde pública de Alexânia;
- VIII. dinamizar o processo de envolvimento social e comunitário na gestão da saúde, através de ações de capacitação dos conselheiros e do estabelecimento de canais de informação e comunicação com a comunidade, no âmbito do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais;
- IX. a partir da definição, na estrutura organizacional da Prefeitura, da responsabilidade sobre a coordenação das funções de planejamento municipal e integração das políticas sociais e de desenvolvimento, adotar tais práticas, fortalecendo as ações articuladas, integradas e coordenadas, seja das políticas de assistência social, educação, saúde e cultura, seja das políticas de desenvolvimento econômico e defesa do meio ambiente, através de um Programa de Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Sustentável;
- X. melhorar as condições de transporte da zona rural;
- XI. implementar conexão de transporte público para Brasília e de integração entre os municípios vizinhos, principalmente Anápolis;
- XII. planejar ações específicas de apoio para a feira de troca;
- XIII. fomentar projetos de incentivo ao desenvolvimento do esporte e lazer no Distrito de Olhos d`Água;
- XIV. interação entre as Secretarias; celebração de convênios e parcerias com o governo federal e estadual, e também com instituições de ensino;
- XV. negociar financiamentos com a Caixa Econômica Federal;
- XVI. implementar Programa Primeiro Emprego do Governo Federal;
- XVII. estabelecer e cumprir metas de ampliação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do Plano Municipal de Educação e Cultura;
- XVIII. transferir o campo de futebol no Distrito de Olhos d`Água para área adequada e com completa infra-estrutura de forma que possa atender ao esporte e lazer das crianças e adolescentes;

- XIX. transferir a estrutura do Ensino fundamental para local adequado com a construção de depósito, sala de reuniões e de diretoria e criação de mais escolas em todos os níveis de escolaridade no Distrito de Olhos d'Água;
- XX. elaborar Projeto de Paisagismo em parceria com Organizações Não Governamentais –ONG existentes no Distrito Olhos d'Água e implementar ações de preservação e urbanização do centro histórico de Olhos d'Água de forma que a população possa utiliza-los nos seus momentos de descanso e encontros, principalmente para as famílias menos favorecidas;
- XXI. implementar projeto de hortas comunitárias em todo o município;
- XXII. firmar convênios com a Secretaria Estadual de Segurança, para melhorar as condições físicas dos postos policiais e delegacia e aumentar o efetivo
- XXIII. implementar policiamento noturno nas escolas;
- XXIV. reativação da subdelegacia do distrito de Olhos d'Água;

§ 1.º Caberá às Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal, a elaboração de projetos, planos e programas setoriais e a efetiva implantação das ações prioritárias elencadas nesse artigo, nas suas respectivas áreas de atuação setorial, em conformidade com a nova estrutura e organização administrativa da Prefeitura Municipal, a qual deverá ser revista para fins da implantação do Plano Diretor, nos termos desta Lei.

§ 2.º Para efeitos de cumprimento dessa Lei, o Conselho Municipal de Educação e Cultura, a Secretarias de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente deverão elaborar um Plano Municipal de Educação e Cultura que atenda às diretrizes do Plano Diretor no ano civil subsequente à aprovação desta Lei, avaliando-o e revisando-o anualmente em função do cumprimento das metas e dos indicadores de desempenho que deverão estar previstos naquele instrumento de planejamento setorial.

§ 3.º Caberá ao órgão municipal responsável pelo planejamento municipal para o desenvolvimento sustentável, em parceria com o órgão municipal responsável pela política de assistência social, propor, estruturar e implantar o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais, cujo termo de referência e o plano de trabalho deverão estar prontos até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

Art. 18. O Plano Municipal de Educação e Cultura deverá contemplar a estruturação e implantação do Programa de Ampliação da Oferta de Vagas e da Qualidade do Ensino Médio e do Programa Municipal de Qualificação Profissional de Docentes e Funcionários, os quais deverão estar em processo de implantação, no máximo, no primeiro ano após a elaboração do Plano Municipal de Educação e Cultura.

Art. 19. O Plano de Carreiras e Vencimentos do corpo docente e do funcionalismo lotado no setor municipal de educação de Alexânia deverá ser revisto no prazo de 18 (dezoito) meses).

Art. 20. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem:

- I. o bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, a redução do risco de doenças e outros agravos;

II. o acesso igualitário e universal às ações e serviços de saúde, para sua promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

Art. 21. São ações estratégicas no campo da Saúde:

- I. propiciar realização de exames clínicos para diagnósticos;
- II. implementar ambulatório 24h para as emergências;
- III. promover melhoria das condições de trabalho e da remuneração dos profissionais da área da saúde;
- IV. melhorar o atendimento à criança, ao idoso, às mulheres, e em especial, à gestante;
- V. promover melhoria das instalações existentes, com a reformas e ampliações;
- VI. fortalecer o Programa Saúde da Família e oferecer atendimento odontológico;
- VII. realizar parcerias com governos e instituições de ensino superior para implantação de programas de incentivos a residentes e estagiários na área da saúde e realização de cursos;
- VIII. contratar técnicos de apoio, médicos, enfermeiros e agentes de saúde;
- IX. ampliar investimentos em programas de saúde preventiva;
- X. realizar convênios com Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e implementação dos Programas d Fundo Nacional de Saúde - FUNASA;
- XI. Promover maior interação entre as Secretarias do Município;
- XII. a busca por financiamentos, a implementação do Programa Brasil Sorridente (Ministério da Saúde) e do Programa Saúde em Casa para idosos.
- XIII. implantação de convênio médico para servidores;
- XIV. ampliação das visitas do médico e reforma das instalações de atendimento no Distrito de Olhos d' Água;
- XV. implementar ações e campanhas de esclarecimento e orientações sobre a limpeza da cidade e coleta de lixo;
- XVI. avançar na municipalização da saúde e na consolidação do Sistema Único de Saúde -SUS;

Seção II – Da Dimensão Econômica

Art. 22. O Desenvolvimento Econômico do Município de Alexânia tem como diretriz a promoção do desenvolvimento local de forma integrada e sustentável, que priorize as atividades geradoras de emprego e renda, promova a igualdade e a justiça social e se dará, prioritariamente, segundo as seguintes linhas estratégicas:

- I. integrar as ações, por meio das gestões setoriais articuladas entre si, considerando a orientação estratégica de seus planejamentos, de forma que não permita a sobreposição.
- II. adotar e implantar práticas de planejamento e gestão participativa do desenvolvimento local, em parceria com o setor produtivo, com os órgãos de apoio, com as agências de fomento e com os centros de ciência e tecnologia locais, visando o fortalecimento da base econômica agropecuária e do terciário de Alexânia e a diversificação da pauta produtiva, respeitando os limites ambientais e as diretrizes de política urbana;
- III. adotar e implantar modelo de gestão participativa do desenvolvimento rural, em parceria com as associações comunitárias, e com demais parceiros estratégicos;
- IV. valorizar a pequena produção familiar, o associativismo e o cooperativismo, como modelos de gestão da pequena e média produção agrícola, considerando os diferentes

perfis dos pequenos produtores locais, buscando integrar as políticas de apoio à agricultura familiar à política de segurança alimentar;

V. buscar, seja através de investimento direto, seja através de parcerias estratégicas, dotar o município de infra-estrutura adequada ao seu processo de desenvolvimento;

Art. 23. São ações prioritárias para o desenvolvimento econômico do Município:

- I. oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural, condições de trabalho e de mercado para os produtos, o acesso aos recursos naturais, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida para a família rural;
- II. promover a articulação com o Governo Federal para implementação de programas como o Programa Nacional de Apoio de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, os Programas Federais para exportação e o Plano Agrícola e Pecuário;
- III. promover a articulação com instituições que promovam cursos de capacitação de agronegócios e assistência técnica;
- IV. promover incentivos para que os agricultores se adequem às normas sanitárias;
- V. criar arranjos produtivos locais;
- VI. incentivar o grande produtor a desenvolver tecnologias, qualificar mão-de-obra e trazer benefícios à coletividade municipal;
- VII. deverá ser incentivada, a exploração do agroturismo e do turismo ecológico por meio da elaboração de projeto especial e implantação de infra-estrutura básica, permitida a parceria com a iniciativa privada;
- VIII. incentivar os artesões, à criação de cooperativas;
- IX. celebrar convênios com os governos federal, estadual e com algumas instituições de ensino;
- X. melhorar integração com os empreendedores locais e articular e apoiar projetos de incentivo as unidades produtivas, familiares e comunitárias;
- XI. elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, de acordo com as demais recomendações deste Plano Diretor;
- XII. fortalecer parceria com Associações, Sindicatos e Secretaria de Agricultura;
- XIII. no processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, criar o Plano Municipal de Turismo, redefinindo as ações propostas para o setor e retomando o planejamento setorial, em face da importância estratégica dessa atividade para a economia municipal, incorporando as necessidades institucionais da gestão do turismo na proposta de estrutura técnico-administrativa da Prefeitura, com ênfase no turismo na região do Lago de Corumbá IV;
- XIV. elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, de acordo com demais recomendações deste Plano Diretor;
- XV. implantação e implementação da Patrulha Agrícola;
- XVI. rever a legislação relativa aos incentivos fiscais, adequando-a às diretrizes deste Plano Diretor, do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal e da Legislação Urbanística Básica – LUB;
- XVII. elaborar proposta de reformulação da estrutura técnico-administrativa para a Secretaria Municipal de Agricultura ou órgão municipal responsável pelo setor;
- XVIII. buscar uma maior articulação com os órgãos e agentes de financiamento da produção, visando apoiar os micros e pequenos negócios;
- XIX. fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, definindo estrutura e atribuições;
- XX. propor e implantar Programa de Regularização Fundiária Rural;

- XXI. criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, definindo suas estruturas e suas funções, que vise ampliá-los e fortalecê-los como instrumento da política de desenvolvimento sustentável local e integrado;
- XXII. estruturar e implantar, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Rural, Programa Municipal de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo, visando sistematizar as ações da Secretaria Municipal de Agricultura ou do órgão municipal responsável pelo setor em relação a essa linha de atuação estratégica;
- XXIII. no âmbito da elaboração e da implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, estruturar o sistema viário municipal, considerando as necessidades de produtores agrícolas e agroindustriais, de sítiantes e do setor turístico, visando definir os investimentos prioritários para uma melhor integração e articulação viária do município;
- XXIV. envolver os responsáveis e representantes de órgãos e empresas encarregados de disponibilização de infra-estrutura econômica para o município no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social e no processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, para que se possa avaliar e propor, em parceria com esses representantes, ações específicas orientadas para melhorar a infra-estrutura econômica de Alexânia, especialmente de energia elétrica, saneamento e telecomunicações;
- XXV. buscar uma maior articulação com os órgãos de financiamento da produção agrícola familiar, visando apoiar a pequena produção, o associativismo e a formação de cooperativas de produtores, estabelecendo, formalmente, um convênio de cooperação técnica ou outro termo de cooperação que disponha sobre a integração da Secretaria Municipal de Agricultura ou do órgão municipal responsável pelo setor, em face da atuação desses agentes;
- XXVI. no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural, definir as diretrizes da política municipal de segurança alimentar;
- XXVII. criar o Conselho Municipal do Trabalho, visando ampliá-lo e fortalecê-lo como instrumento da política de desenvolvimento sustentável local e integrado;
- XXVIII. formatar e implementar uma política local de emprego, a partir da elaboração de um Plano Municipal de Geração de Emprego e Renda, no âmbito da atuação do Conselho Municipal do Trabalho;
- XXIX. identificar e envolver os parceiros estratégicos (instituições de classe, de capacitação e qualificação de mão-de-obra, agências de financiamento e fomento, instituições universitárias), envolvendo-os na elaboração do Plano Municipal de Geração de Emprego e Renda;
- XXX. identificar os programas e projetos de geração de renda e emprego existentes nas esferas estadual e/ou federal, propondo, no Plano Municipal de Geração de Emprego e Renda, o estabelecimento de ações coordenadas e integradas às demais políticas de desenvolvimento municipal;
- XXXI. incentivar o pequeno produtor rural, os artesões e os catadores de lixo do município, para formação de associações e criação de cooperativas;
- XXXII. incentivar a exploração das atividades ligadas ao ecoturismo;
- XXXIII. regularizar e incentivar as atividades minerárias;
- XXXIV. Buscar parcerias junto às instituições de Ensino e de Fomento ao empreendedorismo;
- XXXV. Trazer cursos de capacitação, ligados a extensão rural e ao desenvolvimento do turismo;
- XXXVI. Incentivar e capacitar os produtores rurais para obter recursos de programas federais e estaduais;

XXXVII. articular implantação e implementação de modelos democráticos e participativos de gestão pública das políticas sociais e de desenvolvimento.

Parágrafo único - Para a implantação e realização das ações prioritárias expressas neste artigo, as Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal deverão elaborar projetos, planos e programas setoriais, respeitadas as disposições desta Lei.

Art. 24. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal deverá conter ou considerar, em especial, os aspectos e especificações contidas nos incisos XIII, XV, XVI e XXIV do Artigo anterior, incorporando, se for o caso, tais propostas ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal e estabelecendo um prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses para a elaboração dos seus projetos técnicos específicos.

Art. 25. O Poder Executivo, através do órgão responsável pelo setor de turismo, deverá rever e adequar o Plano Municipal de Turismo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses após a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal.

Art. 26. Caberá às Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal, a efetiva implantação das ações prioritárias elencadas no artigo 23 nas suas respectivas áreas de atuação setorial, em conformidade com a nova estrutura e organização administrativa da Prefeitura Municipal, a qual deverá ser revista para fins da implantação do Plano Diretor, nos termos desta Lei, com destaque para a estruturação dos órgãos municipais de desenvolvimento rural e do turismo.

Art. 27. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política de desenvolvimento econômico, deverá formalizar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, a qual deverá ocorrer em até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

Art. 28. O Poder Executivo, através da coordenação do órgão municipal responsável pela política de desenvolvimento econômico, em parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, deverá elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses após a aprovação desta Lei. Na implantação da política de apoio ao desenvolvimento técnico-produtivo, será considerada a necessidade de serem integrados os setores formal e informal da economia e de serem valorizadas as pequenas e as microempresas.

Art. 29. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política de desenvolvimento rural, deverá realizar a reformulação, a ampliação e a revisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a qual deverá ocorrer até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

Art. 30. O Poder Executivo, através da coordenação do órgão municipal responsável pela política de desenvolvimento rural, em parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, deverá elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses após a aprovação desta Lei.

Art. 31. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural deverá contemplar a formulação, a estruturação e o processo de implantação do Programa de Regularização Fundiária

Rural, voltado, prioritariamente, para os pequenos produtores rurais, e o Programa Municipal de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo, devendo abordar a temática do abastecimento público municipal e da segurança alimentar, em sintonia com as diretrizes do governo federal de combate à fome, contemplando as feiras populares, os mercados públicos, os restaurantes populares, o estímulo à agricultura familiar, ao beneficiamento dos produtos agrícolas e o aproveitamento de produtos locais na merenda escolar e nas cestas básicas que a municipalidade possa vir a adquirir para distribuir.

Art. 32. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política de assistência social, deverá criar o Conselho Municipal de Trabalho, a qual deverá ocorrer até 24 (vinte e quatro) meses após a aprovação desta Lei.

Art. 33. O Poder Executivo, através da coordenação do órgão municipal responsável pela política de assistência social, em parceria com o Conselho Municipal de Trabalho, com o Conselho Tutelar e outros órgãos, entidades e parceiros estratégicos, deverá elaborar o Plano Municipal de Geração de Emprego e Renda, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

Art. 34. No processo de elaboração e implantação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal, do Plano Municipal de Desenvolvimento Agrícola e do Plano Municipal de Geração de Emprego e Renda, e na reformulação e/ou adequação do Plano Municipal de Turismo, o Poder Executivo Municipal e os Conselhos Municipais específicos devem observar as diretrizes inscritas no artigo 3.º deste Plano Diretor e devem observar o conjunto das ações prioritárias expressas no artigo 23, com destaque para aquelas que fazem alusão a mecanismos de participação social no processo de planejamento e no estabelecimento de convênios e outros termos de cooperação com parceiros estratégicos.

Seção III - Da Dimensão Geoambiental

Art. 35. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único. Entende-se por meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e integrações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Art. 36. O desenvolvimento geoambiental do Município de Alexânia tem como diretriz a adoção de conceitos e práticas de planejamento, gestão e controle ambiental participativos que possibilitem a integração de todos os níveis de governo que atuam na área ambiental e dos segmentos da sociedade e se dará, prioritariamente, segundo as seguintes linhas estratégicas:

- I. incentivar a participação dos munícipes na participação do processo de formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbá;
- II. criar base técnica, jurídica e institucional para que o poder público municipal assumira seu papel de coordenador da Política Municipal de Meio Ambiente;

- III. adotar conceitos e práticas de planejamento e gestão ambiental que privilegiem tanto a participação social municipal nesses processos, contemplando as interfaces com as dimensões social e econômica, como também o estabelecimento de parcerias estratégicas com órgãos, entidades e atores externos ao município, uma vez que a gestão dos recursos naturais se sobrepõe aos limites político-administrativos do município;
- IV. implantar a Política Urbana expressa na Legislação Urbanística Básica - LUB revisada, adequando os investimentos em infra-estrutura urbana às diretrizes de desenvolvimento urbano do Plano Diretor, através de modelo participativo conduzido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana;
- V. revisar a estrutura do Conselho de Meio Ambiente para acompanhamento destas atividades;
- VI. na revisão da estrutura administrativa da prefeitura, propor estrutura técnico-administrativa para o órgão municipal responsável pelo meio ambiente, adequada às suas funções de coordenadora do desenvolvimento ambiental municipal, as quais devem estar objetivamente definidas;
- VII. elaborar a Lei Municipal de Meio Ambiente, compatibilizando-a com as diretrizes do Plano Diretor, com as políticas ambientais estadual e federal;
- VIII. instituir a Política Municipal de Meio Ambiente, definindo os objetivos, conceituando os temas específicos e identificando os instrumentos necessários à sua implementação;
- IX. implantar a Agenda 21;
- X. definir e implantar um Programa de Educação Ambiental para o município que envolva técnicos, corpo docente da rede de ensino público, proprietários de imóveis rurais e população em geral, estabelecendo parceria com Secretaria Municipal de Educação, visando o envolvimento desse setor por meio da revisão das atividades acadêmicas e escolares regulares;
- XI. desenvolver ações de formação e capacitação do corpo técnico e administrativo do órgão municipal responsável pelo meio ambiente, qualificando-o para o exercício de suas funções, conforme diretrizes de estruturação do órgão;
- XII. estabelecer, no âmbito da Política Municipal de Meio Ambiente, diretrizes de integração intermunicipal e interinstitucional para a gestão ambiental;
- XIII. implementar os Parques Ecológicos Municipais, dotando-os de base técnica, jurídica e administrativa para seu adequado funcionamento;
- XIV. estabelecer, em parceria com os órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimento econômico e com o órgão municipal responsável pela política cultural, e em consonância com o Plano Municipal de Turismo e com a Agenda 21, diretrizes para identificação, diagnóstico e proposição de política de conservação do patrimônio natural de Alexânia, especialmente aquele localizado nas áreas rurais, articulada ao desenvolvimento do turismo ecológico, envolvendo também ações de preparação e capacitação dos proprietários rurais para o uso dos recursos naturais das áreas de preservação;
- XV. criar e implantar Programa de Arborização e Paisagismo Municipal, voltado para melhorar a qualidade ambiental das áreas urbanas a partir da ampliação dos indicadores de cobertura vegetal na área urbana, especialmente nas avenidas, ruas, praças e parques de Alexânia;
- XVI. elaborar Plano Diretor de Água e Esgoto, para padronizar os sistemas independentes e o monitoramento da qualidade de água e planejar e reavaliar os sistemas de água e esgotamento sanitário das áreas urbanas, adequando-os às demandas atuais;

XVII. avaliar, em parceria com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e com os municípios vizinhos, a possibilidade de implantação de consórcio intermunicipal para gestão integrada dos resíduos sólidos, através de Programa de Coleta e Destinação Final dos Resíduos Sólidos.

Art. 37. São ações prioritárias para o desenvolvimento geoambiental do Município:

- I. finalizar obras do aterro controlado (balança, controle operacional e plano de manejo dos resíduos para evitar contaminações no meio ambiente);
- II. garantir a existência das áreas necessárias à instalação dos equipamentos e serviços públicos;
- III. fiscalizar o crescimento espontâneo desordenado na sede municipal e na área de influência do reservatório de Corumbá IV.
- IV. definir, no âmbito da Política Municipal de Meio Ambiente, diretrizes para implantar e apoiar a implantação Unidades de Conservação, inclusive os Parques Ecológicos e de Lazer Municipais e outros parques urbanos, com sua devida regulamentação e hierarquização, dotando-os de base técnica, jurídica e administrativa para seu adequado funcionamento;
- V. criar e instituir política de compensação para preservadores do meio ambiente, através de medidas tributárias e de política urbana;
- VI. promover a urbanização, a regularização fundiária e a titulação de áreas de moradores de baixa renda, sem remoção dos mesmos, salvo quando as condições físicas se apresentem como de risco à vida da coletividade;
- VII. promover o saneamento básico, a pavimentação e a garantia de áreas destinadas ao assentamento da população, prevendo a implantação de programas habitacionais;
- VIII. promover educação ambiental e projetos que estimule ações para contenção das voçorocas;
- IX. buscar convênio para qualificar a equipe da Prefeitura;
- X. conceder redução da incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sobre áreas de terrenos ambientalmente preservados;
- XI. aprovar e implantar a Lei Municipal de Meio Ambiente, compatibilizando-a com as diretrizes do Plano Diretor, com as políticas ambientais estadual e federal;
- XII. na revisão da estrutura administrativa da prefeitura, propor estrutura técnico-administrativa para o órgão municipal responsável pelo meio ambiente, adequada às suas funções de coordenadora do desenvolvimento ambiental municipal, as quais devem estar objetivamente definidas;
- XIII. instituir a Política Municipal de Meio Ambiente, definindo os objetivos, conceituando os temas específicos e identificando os instrumentos necessários à sua implementação;
- XIV. elaborar um diagnóstico ambiental do município visando conhecer os recursos naturais de Alexânia, identificando os conflitos de usos existentes;
- XV. estabelecer, no âmbito da Política Municipal de Meio Ambiente, diretrizes de integração intermunicipal e interinstitucional para a gestão ambiental;
- XVI. criar um Núcleo de Gestão Ambiental visando o desenvolvimento de ações conjuntas entre os órgãos municipais responsáveis pelo meio ambiente, pela agricultura, pela indústria, pelo comércio, pelo turismo, pelo desenvolvimento urbano e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, articulando-o às ações ambientais desenvolvidas pela Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;

- XVII. estruturar e implantar, no âmbito do órgão municipal responsável pelo meio ambiente, o Programa Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos, objetivando viabilizar e apoiar a implantação de instrumentos de planejamento e gestão ambiental nas bacias municipais;
- XVIII. implementar áreas de lazer e recreação nos diversos bairros e localidades do Município;
- XIX. incentivar a recuperação de áreas degradadas;
- XX. cumprir a Lei 563/98 de Criação da APA do Ribeirão Galinhas e Ribeirão Cachoeira;
- XXI. construção de Parque ou Praça na Vila Esperança visando recuperação do antigo depósito de lixo;

§ 1.º Caberá às Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal, a efetiva implantação das ações prioritárias elencadas nesse artigo nas suas respectivas áreas de atuação setorial, em conformidade com a nova estrutura e organização administrativa da Prefeitura Municipal, a qual deverá ser revista para fins da implantação do Plano Diretor, nos termos desta Lei.

§ 2.º Para a implantação e realização das ações prioritárias expressas nesse artigo, as Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal deverão elaborar projetos, planos e programas setoriais, respeitadas as disposições desta Lei.

§ 3.º O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política ambiental, deverá envidar esforços no sentido de buscar a imediata aprovação e sanção da Lei Municipal de Meio Ambiente, compatível com o Plano Diretor e com as políticas ambientais estadual e federal, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses da aprovação do Plano Diretor, caso ela ainda não tenha sido aprovada quando da aprovação desta Lei.

§ 4.º O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política ambiental, em parceria com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e com os órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimento econômico, pelo desenvolvimento rural e pelo desenvolvimento urbano, deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aprovação do Plano Diretor, a partir da Lei Municipal de Meio Ambiente, instituir a Política Municipal de Meio Ambiente, obedecendo as diretrizes deste Plano Diretor.

§ 5.º A Política Municipal de Meio Ambiente deverá observar, em especial, as indicações e apontamentos constantes nos incisos III, XVI e XVIII deste artigo.

§ 6.º O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política ambiental, em parceria com Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com os demais órgãos da administração pública e com entidades privadas, associações e instituições de ensino e pesquisa, deverá, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses da aprovação do Plano Diretor, elaborar um diagnóstico ambiental completo do Município de Alexânia.

§ 7.º O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política ambiental e do órgão de coordenação do planejamento, em parceria com Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e com os órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimento econômico, pelo desenvolvimento rural e pelo desenvolvimento

urbano, deverá, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses da aprovação do Plano Diretor, estruturar e implantar um Núcleo de Gestão Ambiental que deverá formatar, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses de sua instalação, um documento contendo as diretrizes para a integração intermunicipal e interinstitucional para a gestão ambiental de Alexânia.

§ 8º. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política ambiental, em parceria com Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, deverá, no âmbito de sua Política Municipal de Meio Ambiente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aprovação do Plano Diretor, estruturar e iniciar a implantação de um Programa Municipal de Gestão dos Recursos Naturais, o qual deverá contemplar as observações e apontamentos constantes neste artigo, estabelecendo metas, estratégias, indicadores de desempenho e prazos para a realização das ações ali inscritas.

§ 9º. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política ambiental, em parceria com Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, deverá, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses da aprovação do Plano Diretor, iniciar o processo de implantação do Parque Ecológico Municipal, na sede municipal.

§ 10. O Poder Legislativo Municipal deverá aprovar a nova Legislação Urbanística Básica - LUB, no prazo de 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei, sendo que durante este período a abertura de novos processos visando a aprovação de projetos construtivos ou de reforma de grande porte, ou seja, com área construída ou a ser adicionada superior a 1.000 m², estará suspensa, evitando que ações especulativas venham descaracterizar a nova política urbana, salvo quando se tratar de projetos de interesse social.

§ 11. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política de desenvolvimento urbano, em parceria com os órgãos municipais responsáveis pela política ambiental e pela infra-estrutura urbana, deverá, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei, instituir um Programa de Arborização e Paisagismo Municipal, no qual devem constar as diretrizes para a ampliação dos indicadores de cobertura vegetal na área urbana, com indicação das espécies vegetais nativas que devem ser priorizadas pelos projetos e ações a serem desenvolvidas pelo programa.

§ 12. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política de infra-estrutura urbana, em parceria com os órgãos municipais responsáveis pelo desenvolvimento urbano e pela política ambiental deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses após a aprovação desta Lei, elaborar um Plano Diretor de Água e Esgoto que contemple: a integração e padronização do sistema de abastecimento de água, a ampliação da rede de esgotamento sanitário, a implantação, revisão ou complementação de infra-estrutura urbana na sede municipal, e nos demais distritos e povoados, estabelecidas por este Plano Diretor e pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

§ 13. O Poder Executivo, através do órgão municipal responsável pela política de infra-estrutura urbana, em parceria com o Estado de Goiás e com a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e com os municípios vizinhos, deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses após a aprovação desta Lei, elaborar

projeto que avalie a viabilidade da gestão integrada de resíduos sólidos, através de um consórcio intermunicipal, no âmbito de um Programa de Coleta e Destinação Final dos Resíduos Sólidos que deverá, neste prazo, ser formulado pelo Poder Executivo.

§ 14. Caberá ao órgão municipal responsável pelo planejamento municipal para o desenvolvimento sustentável, propor, estruturar e implantar o Programa de Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Município de Alexânia cujo termo de referência e o plano de trabalho, com eleição de indicadores de desempenho para as dimensões de desenvolvimento sustentável abordadas neste Plano Diretor, deverão estar prontos até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

CAPÍTULO III

DA DIMENSÃO POLÍTICO - INSTITUCIONAL

Art. 38. A receita pública será constituída por:

- I – tributos
- II – contribuições financeiras e preços públicos;
- III – multas;
- IV – rendas provenientes de concessão, permissão, cessão, arrendamento, locação e autorização de uso;
- V – produto da alienação de bens móveis, imóveis, ações e direitos, na forma da lei;
- VI – doações e legados com ou sem encargos;
- VII – outras definidas em lei.

Art. 39. A arrecadação de todas e quaisquer receitas de competência do município de Alexânia far-se-á na forma definida pelo Poder Executivo.

Art. 40. O desenvolvimento político-institucional do Município de Alexânia tem como diretriz desenvolver modelo de gestão democrático e participativo, assegurando a transparência administrativa e ações articuladas entre os diversos poderes, instâncias governamentais, entidades públicas e privadas e sociedade organizada e se dará, prioritariamente, segundo as seguintes linhas estratégicas:

- I. criar e consolidar canais de participação da comunidade, através de sua organização em conselhos e entidades representativas de seus diversos interesses;
- II. investir na capacitação de pessoas que atuam no desenvolvimento comunitário, nas áreas pública e privada;
- III. criar sistema de planejamento municipal;
- IV. rever estrutura administrativa e instrumentos jurídico-normativos, tendo como referência as políticas e diretrizes definidas pelo Plano Diretor;
- V. priorizar a racionalização e informatização dos processos administrativos;
- VI. definir política pública de recursos humanos;
- VII. adequar a infra-estrutura da prefeitura de Alexânia às suas necessidades, em consonância com as diretrizes traçadas neste Plano Diretor.

Art. 41. - São ações prioritárias para o desenvolvimento institucional do Município:

- I. realizar levantamento e análise dos recursos humanos nas áreas de vigilância, segurança e fiscalização em geral, além da área de limpeza urbana e de desenvolvimento econômico, dentre outras.
- II. analisar e adequar a legislação pertinente aos conselhos já existentes e criados;
- III. implantar e apoiar efetivamente o funcionamento dos conselhos definidos;
- IV. estimular a criação de entidades associativas e representativas dos diversos segmentos da comunidade e estruturar áreas de apoio e atendimento permanente ao seu funcionamento;
- V. estabelecer convênios de capacitação e cooperação técnica com entidades governamentais e não governamentais que atuam na área de gestão pública;
- VI. desenvolver programas de capacitação próprios, permanentes e eventuais, dos servidores públicos municipais, adequados à realidade local, inclusive em matéria relativa ao desenvolvimento comunitário e ao aperfeiçoamento de instrumentos, mecanismos e práticas de gestão participativa;
- VII. desenvolver sistema integrado de informações do Município de Alexânia, para constituir um cadastro técnico multifinalitário;
- VIII. aperfeiçoar o planejamento e orçamento setoriais;
- IX. definir instâncias e mecanismos de compatibilização do planejamento e orçamento geral do município;
- X. rever e consolidar a Lei Orgânica do Município, o Código Tributário, o Código de Obras e o Código de Posturas e demais instrumentos jurídico-normativos de competência do município;
- XI. desenvolver projeto de revisão geral da estrutura administrativa do Poder Executivo de Alexânia, definindo claramente papéis, atribuições e mecanismos de integração das áreas;
- XII. desenvolver projetos integrados, setoriais e gerais, de racionalização e normatização de rotinas e procedimentos;
- XIII. adequar o Estatuto dos Servidores e o Plano de Carreiras e Vencimentos da Prefeitura, geral e do magistério, às determinações legais, necessidades e características do município;
- XIV. elaborar um plano de revisão da infra-estrutura do executivo municipal, em termos de instalações, veículos, equipamentos, mobiliário e materiais, adequando-a às necessidades setoriais e aos graus de prioridade estabelecidos no Plano Diretor.
- XV. atrelar a política de segurança pública às demais políticas de promoção social e de geração de emprego e renda.
- XVI. instituir políticas sociais articuladas às ações das esferas municipal, estadual e federal e em conjunto com o Conselho de Segurança de Alexânia, canais de comunicação com a comunidade para que possam promover ações de combate a violência, ao tráfico e uso de entorpecentes e de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- XVII. implementação de programa de segurança pública de forma integrada com os demais municípios de Corumbá IV;
- XVIII. realizar parcerias com o governo estadual e federal, instituições de ensino e o Programa Destino Brasil que visem incentivar programas referentes ao turismo;
- XIX. criar a Guarda Municipal, com sua função constitucional, de zelar pela integridade do Patrimônio Público do Município;

§ 1.º Caberá às Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal, a efetiva implantação das ações prioritárias elencadas nesse artigo nas suas

respectivas áreas de atuação setorial, em conformidade com a nova estrutura e organização administrativa da Prefeitura Municipal, a qual deverá ser revista para fins da implantação do Plano Diretor, nos termos desta Lei.

§ 2.º Para a implantação e realização das ações prioritárias acima listadas, as Secretarias, Departamentos e demais órgãos do Poder Executivo Municipal deverão elaborar projetos, planos e programas setoriais, respeitadas as disposições desta Lei e observados os apontamentos constantes no inciso XII deste Artigo.

§ 3.º Caberá ao órgão municipal responsável pelo planejamento municipal e desenvolvimento sustentável, em parceria com o órgão municipal responsável pela política de assistência social, propor, estruturar e implantar o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais, cujo termo de referência e o plano de trabalho deverão estar prontos até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei, o qual, para atender ao proposto nos incisos II, III, IV, V e VI deste artigo, deverá conter plano de trabalho que proponha a análise e adequação dos conselhos existentes, assim como proposta da criação, estruturação e instalação dos conselhos previstos nesta Lei, o apoio efetivo ao seu funcionamento, o estímulo à vida associativa e comunitária, o estabelecimento de convênios e termos de cooperação técnica que apoiem o amplo desenvolvimento institucional de Alexânia e a capacitação adequada dos servidores públicos municipais.

§ 4.º Caberá ao órgão municipal responsável pelo planejamento municipal para o desenvolvimento sustentável, em parceria com os demais órgãos da administração municipal, propor, estruturar e implantar um sistema de planejamento municipal que atenda ao disposto nos incisos VII, VIII e IX deste artigo, na forma de um documento de referência que contenha diretrizes para a criação de procedimentos administrativos, o qual deverá estar pronto, no máximo, até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

§ 5.º Caberá aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Alexânia, no âmbito de suas competências, revisar e aprovar, no prazo máximo de até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei, os instrumentos jurídico-normativos necessários para a atualização deste Plano Diretor, especialmente aqueles citados no inciso X do *caput* deste artigo.

§ 6.º Caberá ao órgão municipal responsável pelo planejamento municipal para o desenvolvimento sustentável, em parceria com os órgãos municipais responsáveis pela administração e pelo assessoramento jurídico, elaborar anteprojeto de Lei de Organização e Estrutura Administrativa que contemple integralmente as necessidades e exigências do Plano Diretor, o qual deverá estar pronto, no máximo, até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

§ 7.º Caberá ao órgão municipal responsável pela administração municipal, em parceria com os demais órgãos do Poder Municipal, propor, estruturar e implantar uma política de recursos humanos para a prefeitura, que atenda ao disposto nos incisos I, VI e XIII deste artigo, incluindo a adequação do Estatuto dos Servidores e do Plano de Carreiras e Vencimentos da Prefeitura, geral e do magistério, os quais deverão estar prontos, no máximo, até 18 (dezoito) meses após a aprovação do Plano Diretor.

§ 8.º Caberá ao órgão municipal responsável pela administração municipal, em parceria com os demais órgãos do Poder Municipal, elaborar um plano de revisão da infraestrutura do executivo municipal, por órgão da administração municipal, em termos de instalações, veículos, equipamentos, mobiliário e materiais, adequando tal infraestrutura às necessidades setoriais e aos graus de prioridade estabelecidos nesta Lei, o que deverá ser feito, no máximo, até 18 (dezoito) meses após a aprovação da nova Lei de Organização e Estrutura Administrativa prevista nesta Lei, nos termos constantes no inciso XIV.

Art. 42. A estrutura organizacional do Poder Executivo, refletida na Lei de Organização e Estrutura Administrativa, nos termos previstos nesta Lei, respeitados os termos da legislação superior, deve ser capaz de:

- I. retratar a sua missão, os seus objetivos e as suas metas institucionais;
- II. viabilizar as estratégias de governo;
- III. promover e apoiar a organização e o desenvolvimento da sociedade civil;
- IV. clarificar e definir funções, papéis e atribuições;
- V. otimizar o funcionamento integrado das diversas áreas, dotando-as de instrumentos eficazes de gerenciamento e controle;
- VI. comportar as mudanças decorrentes da própria dinâmica do Município.

Parágrafo único. Para atender as exigências desta Lei, a Lei de Organização e Estrutura Administrativa da Prefeitura de Alexânia deve definir, com clareza e objetividade, os órgãos municipais responsáveis, em especial, pelo planejamento municipal para o desenvolvimento sustentável, pela administração municipal, pelas finanças municipais, pela educação, pela saúde, pela assistência social, pelo desenvolvimento econômico, pelo desenvolvimento rural, pelo turismo, pela política cultural, pela política ambiental, pelo desenvolvimento urbano e pela infra-estrutura urbana, explicitando o que dispõe os incisos de I a VI deste artigo, sem prejuízo de outras exigências legais e de legislação superior.

Art. 43. O Município deverá criar instância de planejamento com uma estrutura que permita:

- I. o planejamento, a coordenação e o controle sobre a gestão municipal;
- II. o planejamento, a definição, a avaliação e o monitoramento das políticas públicas municipais, em articulação com a comunidade e demais entidades e órgãos da Administração Municipal, notadamente através do Programa de Avaliação das Políticas de Desenvolvimento Sustentável;
- III. a definição de diretrizes orçamentárias e o gerenciamento do orçamento municipal;
- IV. a compatibilização e o acompanhamento da execução dos orçamentos, dos programas e dos projetos setoriais;
- V. a estruturação e o gerenciamento do banco de dados municipais e de informações técnicas e gerenciais.

Art. 44. A Organização e Estrutura Administrativa de Alexânia deverá dar condições objetivas para o exercício do poder de polícia pelo Executivo, através da estruturação de áreas de fiscalização sanitária, de rendas, obras e posturas, em consonância com o Plano Diretor e com a Legislação Urbanística Básica - LUB.

Art. 45. A Organização e Estrutura Administrativa de Alexânia deverá garantir espaços efetivos de participação da sociedade, de forma a permitir e incentivar a discussão e definição de políticas públicas, bem como o acompanhamento e controle de sua execução.

Art. 46. A Organização e Estrutura Administrativa de Alexânia deverá dotar o Poder Público municipal de instrumentos legais e gerenciais adequados a uma gestão transparente e eficaz, através da revisão, normatização e regulamentação das políticas e dos procedimentos administrativos, tributários e financeiros, em consonância com esta Lei.

Art. 47. O Poder Público do Município deverá criar condições objetivas de valorização, desenvolvimento, capacitação permanente e conscientização do seu papel como cidadão-servidor público para os recursos humanos da administração municipal, através da formulação e implementação de política pública de recursos humanos e da adoção de instrumentos gerenciais adequados a essa finalidade, em consonância com esta Lei.

TITULO III DA POLÍTICA URBANA E RURAL

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA E DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA BÁSICA

Art. 48. O crescimento da área urbana respeitará os ditames traçados no plano diretor do município devendo:

- I. condicionar a densidade populacional com a correspondente e adequada utilização da infra-estrutura urbana;
- II. gerar recursos para o abastecimento da demanda de infra-estrutura e de serviços públicos provocada pela ocupação nas áreas ainda não urbanizadas;
- III. os novos loteamentos e áreas de interesse social, deverão ser atendidos por todos os equipamentos públicos e comunitários necessários (saúde, educação lazer e outros).

Parágrafo único: No caso de novos parcelamentos de solo urbanos de interesse privado, o loteador deverá garantir, às suas expensas, toda a infra-estrutura básica, contemplando no mínimo: abastecimento de água, atendimento por sistema de esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica, disciplinamento de águas pluviais e destinação final de resíduos sólidos.

Art. 49. Os novos loteamentos deverão obedecer à legislação ambiental e urbanística de âmbito Federal, Estadual e Municipal, e de acordo com a localização, sua aprovação estará condicionada a estudos ambientais.

Art. 50. Sempre que necessário, o Poder Público poderá instituir nas áreas urbanas, de expansão urbana e, quando couber, na zona rural, por meio de legislação específica, os seguintes instrumentos do Estatuto da Cidade:

- I - Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- II - Direito de Preempção;
- III - Operações Urbanas Consorciadas;
- IV - Estudo de Impacto de Vizinhança;
- V - Transferência do Direito de Construir em outro local.

Art. 50. A lei estabelecerá diretrizes e bases do processo de planejamento governamental do município de Alexânia o qual incorporará e compatibilizará as seguintes ações:

I - Quanto ao tratamento paisagístico dos espaços públicos e equipamentos de recreação e lazer, são ações prioritárias:

- a) Estimular a arborização urbana, através de implantação de um viveiro municipal, ou estabelecendo convênios, e envolvendo a comunidade em campanha de plantio e manutenção;
- b) implantar equipamentos de recreação, lazer e serviços públicos nas praças, parques e outros espaços públicos, promovendo ainda a sua arborização, especialmente através do Programa de Arborização e Paisagismo Municipal;
- c) utilização de parques e áreas de proteção ambiental, com regulamentação específica de restrições de uso, para o lazer da população residente e visitantes, implantando nos mesmos, ou junto aos mesmos, estacionamentos e outros equipamentos, conforme cada caso;
- d) para os novos loteamentos, quanto às vias, prever calçadas mais largas com o mínimo de 3,00 m (três metros), além do mobiliário urbano – lixeiras, posteamento de iluminação e arborização;
- e) prever espaços para o desenvolvimento de atividades coletivas de recreação, esportes e lazer, nos novos loteamentos;
- f) respeitar a Lei Municipal 852 de 2006, referente às calçadas verdes;
- g) prever na revisão do código de obras a padronização dos passeios públicos;
- h) pavimentação das vias urbanas.

II - Quanto á Política Habitacional do Município:

- a) regularização urbanística e fundiária nas ocupações urbanas já consolidadas, e especialmente das Zonas de Urbanização Prioritária – ZUP;
- b) construção de habitações populares e demais programas habitacionais nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, priorizando as áreas já consolidadas e o reassentamento de famílias provenientes de áreas de risco;
- c) compatibilizar a Política Habitacional do Município com as políticas da esfera federal e estadual, favorecendo o aproveitamento das áreas urbanizadas nas Zonas de Uso Misto aptas ao uso residencial, em conformidade com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- d) estimular a participação popular no estabelecimento de programas habitacionais e de assentamentos;
- e) estimular a iniciativa privada a participar no desenvolvimento dos programas habitacionais do Município, seguindo as diretrizes deste Plano Diretor;
- f) desenvolvimento de ações conjuntas com outras esferas de governo, buscando recursos com destinação exclusiva, orçamentários e extra-orçamentários, doações, financiamentos, entre outros.

- g) implementar Cadastro Digital Imobiliário e aperfeiçoar o Cadastro de Áreas Públicas, com a devida definição das áreas públicas existentes;
- h) regularizar os loteamentos e alvarás na sede e distritos.
- i) controlar crescimento desordenado na sede e nas proximidades do Lago de Corumbá IV;
- j) conceder incentivos para a ocupação setor industrial.

III - Quanto ao desenvolvimento do potencial Turístico Ecológico, são ações prioritárias:

- a) o estímulo ao aproveitamento do potencial de belezas naturais;
- b) o investimento em infra-estrutura de estradas, serviço de informação e divulgação dos locais, de sua forma de uso e infra-estrutura turística, com guias turísticos, restaurantes e/ou lanchonetes com produtos típicos, sanitários, hotéis e pousadas;
- c) fortalecimento do órgão responsável pelo Turismo, com estímulo a iniciativa privada para que se viabilize ações consorciadas para instalação da infra-estrutura;
- d) implementação de projetos de educação ambiental e de formação de guias mirins.

Art. 51. As diretrizes de Política Urbana de Alexânia, em consonância com o disposto no Estatuto da Cidade e em complementação às atribuições da União sobre a matéria e sem prejuízo do que determina a legislação superior, são as seguintes:

- I. favorecer o seu desenvolvimento sustentável, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações atuais e futuras, em consonância com o que dispõe o Estatuto da Cidade;
- II. criar e implantar o Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia, o qual deverá buscar a implantação e a consolidação de uma gestão urbana democrática e participativa, traduzida na participação social e comunitária na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e revisão de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, notadamente no acompanhamento e na fiscalização da Legislação Urbanística Básica – LUB, e na implantação do Plano Diretor, assim como de suas futuras revisões;
- III. aprovar, implantar, acompanhar e fiscalizar a aplicação da nova Legislação Urbanística Básica - LUB que deverá dotar a municipalidade de instrumentos adequados de Política Urbana, em consonância com o que dispõe o Estatuto da Cidade, com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia;
- IV. elaborar, adotar e implantar os instrumentos, mecanismos e práticas de planejamento previstos no Plano Diretor, notadamente aqueles voltados para melhorar a infra-estrutura urbana de Alexânia, especialmente no que tange aos serviços de saneamento básico, à drenagem pluvial e ao tratamento dos resíduos sólidos, com ênfase especial no atendimento da população ainda não atendida;
- V. estruturar e implantar uma política habitacional baseada em critérios que aliem o “direito à cidade” às ações que evitem estímulos indesejáveis à aceleração do processo de urbanização, submetendo-se às diretrizes gerais do Plano Diretor e buscando a cooperação entre os setores público e privado no processo de urbanização;
- VI. adotar a hierarquização de vias urbanas, adequada às características ambientais locais, utilizando-a como referência para a Política Urbana;

- VII. as novas vias previstas devem sofrer zoneamento compatível com os interesses de um desenvolvimento integrado das áreas urbanas de Alexânia;
- VIII. adotar parâmetros urbanísticos que considerem as diretrizes de desenvolvimento do Município de Alexânia, propiciando a construção de um ambiente urbano ordenado e de ocupações de densidades adequadas;
- IX. priorizar a preservação e a valorização do Patrimônio Cultural de Alexânia, no âmbito da política de desenvolvimento municipal e da Política Urbana, em consonância com o disposto no inciso XII do Art. 2.º do Estatuto da Cidade;
- X. prever a disponibilização de espaços para uso cultural e comunitário, em consonância com as propostas constantes no Título I desta Lei;
- XI. priorizar a preservação e a valorização do Patrimônio Natural e Ambiental de Alexânia, no âmbito da política de desenvolvimento municipal e da Política Urbana, em consonância com o disposto no inciso XII do Art. 2.º do Estatuto da Cidade;
- XII. adotar uma Política Tributária sintonizada com as diretrizes de desenvolvimento sustentável de Alexânia que possibilite uma justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, como prevê os incisos IX, X e XI do Art. 2.º do Estatuto da Cidade;
- XIII. estabelecer uma política de integração com outras cidades do entorno, especialmente no que se refere a transportes e implantação de sistemas de desenvolvimento econômico;
- XIV. ordenar o crescimento do Município, em seus aspectos físico-ambientais, econômicos, sociais, culturais e administrativos;
- XV. racionalizar o uso do solo no território municipal buscando o cumprimento da função social da propriedade, em suas áreas rurais e urbanas, promovendo a racional distribuição da infra-estrutura e dos serviços públicos nestas, e redistribuindo os benefícios e ônus decorrentes da urbanização;
- XVI. promover a urbanização, a regularização fundiária e a titulação de áreas de moradores, sem remoção dos mesmos, salvo quando as condições físicas se apresentem como de risco à vida da coletividade e ao meio ambiente;
- XVII. promover a preservação das áreas de proteção permanente e reservas legais;
- XVIII. estimular atividades econômicas, ligadas ao turismo ecológico e rural, utilizando os potenciais existentes, reservando áreas com possibilidade de instalação de infra-estrutura mínima e preservando as áreas ambientalmente mais sensíveis;
- XIX. estimular a produção na pequena propriedade, principalmente aquela de cunho familiar;
- XX. ocupar e adensar as áreas já urbanizadas, em detrimento da criação de novos loteamentos;
- XXI. consolidar a ocupação dos vazios urbanos entre os bairros existentes;
- XXII. estimular a implantação de atividades econômicas;
- XXIII. consolidar a ocupação urbana da área central;
- XXIV. reforçar a área urbana central, configurando-a como centro local, dotando-o de equipamentos, serviços, mobiliário e espaços qualificados que garantam uma urbanidade efetiva e o controle da poluição visual;
- XXV. Revitalizar as praças e as fachadas históricas do Distrito Olhos d'Água;
- XXVI. integrar os hotéis fazenda e demais empreendimentos turísticos com o Distrito de Olhos d'Água;
- XXVII. preservar a praça central de Olhos d'Água como patrimônio histórico e cultural do município;

XXVIII. elaborar programa de desenvolvimento do turismo por meio de parcerias com Faculdades de Turismo;

Art. 52. Para efeitos do cumprimento desta Lei e do Estatuto da Cidade, entende-se que a propriedade urbana cumpre a sua função social quando ela obedece rigorosamente ao que dispõem os instrumentos de política urbana do Município, especialmente a Lei do Plano Diretor e a Legislação Urbanística Básica - LUB.

Art. 53. A Legislação Urbanística Básica - LUB, analisada e/ou revista e/ou elaborada em consonância com o Plano Diretor, é formada pela Lei de Perímetro Urbano, pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, pelo Código de Obras e pelo Código de Posturas, estando subordinada, no plano municipal, à Lei do Plano Diretor e à Lei Orgânica do Município de Alexânia.

Art. 54. Cabe à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o zoneamento e a aplicação das diretrizes de Política Urbana, através dos parâmetros urbanísticos.

Art. 55. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo deverá definir índices urbanísticos, para as áreas urbanas do Município:

- I. Zonas de Uso Misto – ZUM
- II. Zona Urbana de Uso Habitacional – ZUHA
- III. Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS
- IV. Zonas de Urbanização Prioritária – ZUP
- V. Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA
- VI. Zona Industrial – ZIN;
- VII. Zonas de Interesse de Preservação Histórica e Cultural – ZIPHC;
- VIII. Zona Urbana de Uso Controlado – ZUUC

§ 1.º **As Zonas de Uso Misto** – ZUM, definidas de acordo com o perfil de ocupação urbano e a rede de sistema viário principal, abrigam diversas funções urbanas (residencial, comércio e outras atividades econômicas, administração e serviços) serão divididas em:

I. Zona de Uso Misto 1 – ZUM 1, localiza-se na parte central da área urbana e permitirão todos os usos urbanos, e a maior densidade urbana em edificações de até 10 pavimentos. Ficam vedados os usos econômicos (comerciais de atacado e industriais) e os usos institucionais, quando esses gerarem maior impacto no meio urbano e nas suas vias.

II. Zona de Uso Misto 2 – ZUM 2, localiza-se ao longo da BR 060 e permitirá todos os usos urbanos, tais como comerciais de atacado, de prestação de serviços, industriais de pequeno porte e os usos institucionais.

III. Zonas de Uso Misto 3 – ZUM 3, localizam-se também na área urbana consolidada e permitirão todos os usos urbanos, vedados os usos econômicos industriais de grande porte e os usos institucionais, quando esses gerarem maior impacto no meio urbano e nas suas vias.

IV. Zonas de Uso Misto 4 – ZUM 4, localiza-se em área situada à margem da rodovia GO 139 onde já existe uso misto com atividades econômicas de médio porte. Permitirão todos os usos urbanos, vedados os usos econômicos industriais de grande porte e os usos institucionais, quando esses gerarem maior impacto no meio urbano e nas suas vias.

V. Sempre que necessário, os seguintes instrumentos do Estatuto da Cidade poderão ser instituídos, nessa Zona:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo (IPTU) nos imóveis subutilizados e ociosos visando estimular a renovação urbana.
- b) Outorga Onerosa do Direito de Construir, que poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- c) Desapropriação com Pagamentos em Títulos da dívida pública, que deverá ser aplicada àqueles imóveis que não exercerem sua função social, decorridos cinco anos de aplicação do IPTU progressivo.
- d) Direito de Superfície, onde o proprietário urbano poderá conceder a outrem, mediante escritura pública com prazo determinado ou indeterminado.

VI. No território correspondente às Zonas de Uso Misto - ZUM, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão criar áreas para compatibilizar e consolidar a inserção das redes estruturais ao ambiente e necessidades locais, modular a transição de usos, incômodos ou não, adequar à circulação de veículos e demais funções urbanas, preservar a qualidade ambiental ou estimular o desenvolvimento urbano;

VII. No território correspondente às Zonas de Uso Misto - ZUM, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão criar áreas de baixa, média e alta densidade construtiva a combinar:

- a) habitação coletiva;
- b) habitação unifamiliar
- c) habitação geminada;
- d) habitação seriada
- e) comércio varejista local e de bairro;
- f) prestação de serviço local e de bairro;
- g) uso de atendimento coletivo de micro e pequeno porte;

VIII. No território correspondente às Zonas de Uso Misto - ZUM, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão admitir:

- a) comércio varejista de bairro;
- b) prestação de serviço de bairro e
- c) uso de atendimento coletivo de médio porte.

§ 2.º **As Zonas Urbanas de Uso Habitacional – ZUHA** definidas de acordo com o perfil de ocupação urbano, constituem áreas predominantemente residenciais, podendo abrigar, pequenos estabelecimentos de comércio, administração e serviços vedados os usos econômicos (comerciais de atacado, de prestação de serviços e industriais) de

médio e grande porte e os usos institucionais, quando esses gerarem maior impacto no meio urbano e nas suas vias.

I. Sempre que necessário, o Poder Público poderá instituir os seguintes instrumentos do Estatuto da Cidade instituídos, nessa Zona:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo (IPTU) nos imóveis subutilizados e ociosos visando estimular a renovação urbana.
- b) Outorga Onerosa do Direito de Construir, que poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- c) Desapropriação com Pagamentos em Títulos da dívida pública, que deverá ser aplicada naqueles imóveis que não exercerem sua função social, decorridos cinco anos de aplicação do IPTU progressivo.
- d) Direito de Superfície, onde o proprietário urbano poderá conceder a outrem, mediante escritura pública com prazo determinado ou indeterminado.

II - No território correspondente à Zona Urbana de Uso Habitacional - ZUHA, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão criar áreas destinadas às seguintes atividades:

- a) habitação unifamiliar;
- b) habitação coletiva;
- c) habitação geminada;
- d) habitação seriada;
- e) comércio varejista local;
- f) prestação de serviço local e
- g) uso de atendimento coletivo de micro e pequeno porte.

III - No território correspondente à Zona Urbana de Uso Habitacional - ZUHA, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão admitir:

- a) Comércio varejista de bairro;
- b) Prestação de serviço de bairro e
- c) Uso de atendimento coletivo de médio porte.

§ 3.º **Zona Especial de Interesse Social – ZEIS**, localizam-se em diversas áreas da malha urbana têm por objetivo garantir aos cidadãos a função social da cidade e da propriedade, garantindo dessa forma a diminuição das desigualdades sociais expressas no território, bem como proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população.

I. Sempre que necessário, o Poder Público poderá instituir os seguintes instrumentos do Estatuto da Cidade, nessa Zona:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo nos imóveis subutilizados e ociosos visando estimular a renovação urbana.
- b) Outorga Onerosa do Direito de Construir, que poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

c) Desapropriação com Pagamentos em Títulos da dívida pública, que deverá ser aplicada naqueles imóveis que não exercerem sua função social, decorridos cinco anos de aplicação do IPTU progressivo.

II. O poder Público poderá aplicar dispositivos previstos na Lei Ordinária nº 9.934 de 20.12.99 sobre a redução de despesas (vinte por cento da tabela cartorária normal) para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda.

III. No território correspondente às Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão criar áreas destinadas às seguintes atividades:

- a) habitação unifamiliar;
- b) habitação coletiva;
- c) habitação geminada;
- d) habitação seriada;
- e) comércio varejista local;
- f) prestação de serviço local;
- g) uso de atendimento coletivo de micro e pequeno porte.

IV. No território correspondente às Zonas Especiais de Interesse Social, a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo e os planos regionais poderão admitir:

- a) comércio varejista de bairro;
- b) prestação de serviço de bairro;
- c) uso de atendimento coletivo e médio porte.

§ 4.º **Zonas de Urbanização Prioritária** – ZUP, definidas de acordo com a ordem de prioridade de implementação da infra-estrutura. Permitirão todos os usos urbanos residenciais, comerciais e prestação de serviços de pequeno porte e institucionais, vedados os usos econômicos de grande porte (comerciais de atacado, de prestação de serviços e industriais), por gerarem maior impacto no meio urbano e nas suas vias. Serão divididas em;

I. Zonas de Urbanização Prioritária 1 - ZUP 1 – Localizada no Setor Nova Flórida, que se encontra em fase de ocupação. Nesta área os lotes possuem dimensões maiores e de acordo com a declividade deverão ter parâmetros urbanísticos diferenciados.

II. Zonas de Urbanização Prioritária 2 - ZUP 2 – Localizada na expansão do bairro Jardim Esperança e parte do Setor Nova Alexania, que já se encontra em fase de ocupação.

III. Zonas de Urbanização Prioritária 3 - ZUP 3 – Localizadas na expansão da área urbana nos loteamentos Aeroporto, Jardim Progresso e Bougainville. Estas áreas ainda não apresentam ocupação, podendo seu projetos de parcelamentos serem revisados de maneira a melhor atender às diretrizes deste Plano Diretor.

IV. Zonas de Urbanização Prioritária 4 - ZUP 4 – Localizada no distrito de Olhos d'água, com baixo percentual de ocupação.

V. Considera-se como de urbanização prioritária os perímetros urbanos de Alvorada, Serra do Ouro e Morada do Sol.

§ 5.º **Zonas de Urbanização Prioritária Especial** – ZUPE, são áreas que já se encontram parceladas com lotes de maiores dimensões, que pelas suas características ambientais, apresentam restrições quanto aos tipos de uso do solo e taxa de impermeabilização. Permitirão os usos urbanos residenciais, vedados os demais usos, exceto os usos institucionais para atendimento da população. Serão divididas em:

I. – Zonas de Urbanização Prioritária Especial 1 - ZUPE 1 – Localizada no Setor Sul e já se encontra em fase de ocupação. Nesta área os lotes possuem dimensões aproximadas de 5.000 m2.

II. Zonas de Urbanização Prioritária Especial 2 - ZUPE 2 – Localizada no Setor Nova Flórida e já se encontra em fase de ocupação. Nesta área os lotes situam-se em áreas de declividade acentuada e de nascentes e sua ocupação fica subordinada ao atendimento às diretrizes do Código Florestal e da Lei Federal 6766. Os lotes possuem dimensões aproximadas entre 10.000 e 20.000 m2.

III. **Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental** - ZEIPA, correspondem às áreas de proteção ambiental, onde os usos urbanos não serão admitidos exceto para áreas de lazer e recreação da população. A área situada no Setor Aeroporto destina-se a compor o Parque Urbano Municipal de Alexania, e o Parque Urbano Municipal de Olhos d'Água.

a) Nas Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA não serão admitidos usos urbanos residenciais e econômicos, vedados os usos institucionais que impliquem em impacto ambiental, observada a legislação municipal ou superior que trate da matéria.

§ 6.º **Zona Industrial** – ZIN - serão áreas de uso exclusivamente industrial e comercial, ao longo da BR 060, vedados os usos residenciais, mistos e institucionais que impliquem na geração de fluxos de pessoas nas suas vias.

I. Sempre que necessário, os seguintes instrumentos do Estatuto da Cidade poderão ser instituídos, nessa Zona:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo nos imóveis subutilizados e ociosos visando estimular a renovação urbana.

b) Outorga Onerosa do Direito de Construir, que poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

c) Desapropriação com Pagamentos em Títulos da Dívida Pública, que deverá ser aplicada naqueles imóveis que não exercerem sua função social, decorridos cinco anos de aplicação do IPTU progressivo.

II. Nessas áreas, o Poder Público poderá conceder incentivo e benefícios fiscais e financeiros.

III. O Poder Público poderá, sempre que necessário, instituir o seguinte instrumento:

a) Transferência do Direito de Construir, que permite ao proprietário do imóvel, subordinado a necessidade social, exercer o seu potencial construtivo em outro local.

IV. São usos conformes na Zona Industrial:

- a) Comércio atacadista de micro, pequeno e médio porte;
- b) Indústria inofensiva de micro, pequeno, médio e grande porte e;
- c) Indústria incômoda de micro, pequeno e médio porte.

V. Admissível para:

- a) Comércio varejista local e de bairro;
- b) Prestação de serviço sub-regional e geral;
- c) Atendimento coletivo de micro, pequeno, médio e grande porte;
- d).Indústria incômoda de grande porte e;
- e) Indústria especial.

§ 7.º **Zonas de Interesse de Preservação Histórica e Cultural – ZIPHC** – são áreas definidas por conjuntos de edificações que em decorrência de suas características históricas e sócio-culturais, configuram elementos do Patrimônio Cultural local, devendo ser devidamente conservadas, não sendo nelas admitida nenhuma interferência ou alteração de suas características naturais e arquitetônicas.

- I. A Zona de Interesse de Preservação Histórica e Cultural – ZIPHC abrange o centro histórico de Olhos D’água deverá constituir uma área de preservação rigorosa e controlada, de acordo com o grau de preservação e importância arquitetônica das obras;
- II. Qualquer intervenção na Zona de Interesse de Preservação Histórica e Cultural – ZIPHC deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e Política Urbana e pelo Conselho Municipal de Educação e Cultura;

§ 8.º **Zona Urbana de Uso Controlado - ZUUC** – São áreas diferenciadas, com lotes maiores que a média, localizadas entre a área urbanizada de Olhos d’Água e rio Galinhas:

I - Conforme para:

- a) Habitação unifamiliar;
- b) Habitação coletiva;
- c) Prestação de serviço local e
- d) Uso de atendimento coletivo de micro e pequeno porte.

II – Admissível para:

- a) Comércio varejista de bairro;
- b) Prestação de serviço de bairro e
- c) Uso de atendimento coletivo e médio porte.

CAPÍTULO II DO SISTEMA VIÁRIO E DE TRANSPORTE

Art. 56. O sistema viário e de transportes no Município abrange a circulação viária, os transportes coletivos de carga e passageiros e a circulação de pedestres.

Art. 57. O sistema de transportes do Município subordina-se aos princípios de preservação da vida, segurança, conforto das pessoas, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico.

Art. 58. O transporte público coletivo, que tem caráter essencial, nos termos da Constituição Federal é direito da pessoa e necessidade vital do trabalhador e de sua família.

Art. 59. Caberá ao órgão municipal responsável pela infra-estrutura urbana, em parceria com o órgão responsável pela política urbana, coordenar a municipalização do transporte público e promover a licitação do transporte coletivo municipal, bem como a articulação entre os sistemas dos transportes urbano, intermunicipal e interestadual, em parceria com os órgãos de trânsito estadual, distrital e federal, no prazo de até 18 (dezoito) meses após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Quando necessário, o Município poderá atuar em conjunto com municípios vizinhos ou com órgãos de outras esferas de governo.

Art. 60. São objetivos da política de Circulação Viária e de Transportes:

- I. garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano, proporcionando deslocamentos intra e interurbanos que atendam às necessidades da população;
- II. promover uma articulação entre os sistemas regulatórios dos transportes urbano, intermunicipal e interestadual, definindo, na estrutura administrativa da prefeitura, a coordenação do setor;
- III. priorizar o transporte coletivo ao transporte individual;
- IV. estimular o uso de veículos não poluentes e que viabilizem a economia energética, mediante campanhas educativas e construção de ciclovias em todo o território.

Art. 61. São ações estratégicas da política de Circulação Viária e de Transportes:

- I. manutenção, pavimentação e construção de pontes que permitam o escoamento seguro da produção agrícola.
- II. manutenção das calçadas;
- III. licitação dos serviços de transporte coletivo municipal, de forma a permitir a concorrência.

Art. 62. O sistema viário e de transporte no Município será desenvolvido segundo as seguintes diretrizes:

- I. Priorização da circulação de pedestres nas Zonas de Uso Misto – ZUM, nas Zonas de Uso Habitacional - ZUHA, na Zonas de Urbanização Prioritária – ZUP, nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e nas Zona de Interesse Paisagístico e Ambiental - ZEIPA;
- II. adaptação da malha viária existente às melhorias das condições de circulação, evitando, sempre que possível, grandes obras viárias;

- III. integração do sistema de transporte e circulação entre as diversas áreas urbanas e rurais do Município;
- IV. adequação dos locais de concentração, acesso e circulação pública às pessoas portadoras de deficiências;
- V. definição dos alinhamentos dos logradouros, vias de acesso e estradas do Município;
- VI. hierarquização das vias urbanas e definição dos sistemas estruturais de transportes;
- VII. melhoria e manutenção das estradas vicinais, garantindo a política agrícola e de abastecimento;
- VIII. implantação de sinalização nas estradas e logradouros municipais, facilitando a identificação, localização, deslocamento e acesso a locais de interesse turístico, serviços, entre outros;
- IX. compatibilização dos novos traçados viários à malha existente;

§ 1.º Os projetos de médio e grande porte, ou que envolvam a construção de novos eixos viários, pontes, viadutos, duplicação de rodovias ou de reestruturação viária, deverão conter estudos ambientais e deverão ser submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dos órgãos municipais e estaduais de defesa do meio ambiente.

§ 2.º O Poder Executivo deverá planejar, coordenar e fiscalizar os serviços de transporte público de passageiros em todo o território municipal.

Art. 63. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo deverá estabelecer a hierarquização do sistema viário da Sede Municipal e das demais áreas urbanas, a qual será referência para a proposição dos parâmetros urbanísticos propostos pela referida Lei.

CAPÍTULO III DOS EQUIPAMENTOS DE RECREAÇÃO, ESPORTES E LAZER

Art. 64. O Município, através de órgão competente, deverá desenvolver ações orientadas para provê-lo de áreas destinadas às atividades de recreação, esportes e lazer, propiciando aos seus moradores, turistas e demais visitantes, oportunidades para desfrutarem dos seus recursos paisagísticos e desses equipamentos.

Art. 65. As diretrizes do Município em termos da recreação, dos esportes e do lazer são as seguintes:

- I. implantação de equipamentos de recreação, lazer e serviços públicos nas praças, parques e outros espaços públicos, promovendo ainda a sua arborização, especialmente através do Programa de Arborização e Paisagismo Municipal;
- II. utilização de parques e áreas de proteção ambiental, com regulamentação específica de restrições de uso, para o lazer da população residente e visitantes, implantando nos mesmos, ou junto aos mesmos, estacionamentos e outros equipamentos, conforme cada caso;
- III. implantação de centros esportivos que venham propiciar o fortalecimento das atividades desportivas;
- IV. realização ou apoio a eventos culturais e esportivos em áreas públicas;

- V. implantação de programas de construção de ciclovias, em conformidade com o que propõe a Legislação Urbanística Básica - LUB;
- VI. previsão de áreas para projetos de implantação de conjuntos de equipamentos destinados ao lazer, de parques e de instalações para realização de espetáculos, com os equipamentos complementares.
- VII. prever espaços para o desenvolvimento de atividades coletivas de recreação, esportes e lazer especialmente em todos os loteamentos e áreas de interesse social;

Art. 66. As ações do Município relacionadas à recreação, aos esportes e ao lazer que apresentarem interface com o desenvolvimento do turismo deverão estar contempladas na revisão e adequação do Plano Municipal de Turismo, nos termos previstos nesta Lei, e deverão se desenvolver de forma integrada com as ações propostas e originadas pelo referido Plano.

Art. 67. Os novos loteamentos deverão prever espaços para o desenvolvimento de atividades coletivas de recreação, esportes e lazer.

CAPÍTULO IV

DA INFRA-ESTRUTURA

Art. 68. O município de Alexânia instituirá, mediante lei, Plano Diretor de Saneamento constando ações articuladas com a União, com o Estado e com o Distrito Federal, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população urbana e rural, com consonância com o Plano Diretor Municipal.

Art. 69. O plano de saneamento ambiental obedecerá às seguintes diretrizes básicas:

- I – garantia de níveis crescentes de salubridade ambiental por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos; promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana e controle de vetores de doenças transmissíveis;
- II – a implantação de sistema de gerenciamento de recursos hídricos com a participação da sociedade civil;
- III – proteção de bacias e microbacias utilizadas para abastecimento de água à população;
- IV – implantação de sistemas para garantir a saúde pública quando de acidentes climatológicos e epidemiológicos;
- V – incentivo às organizações públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e gerencial na área de saneamento;
- VI – articulação entre instituições, na área de saneamento, em integração com as demais ações de saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano e rural;
- VII – implementação de programa sobre materiais recicláveis e biodegradáveis, para viabilizar a coleta seletiva de lixo urbano;
- VIII- a readequação do sistema de esgotamento sanitário do município;
- IX- elaborar projeto-padrão para a construção de fossa séptica e sumidouro;
- X- criar sistema de drenagem pluvial completo nos núcleos urbanos;

- XI- operacionalizar o aterro sanitário na sede municipal e aterros controlados nos núcleos urbanos menores;
- XII - a instituição do agente ecológico.
- XIII - introduzir sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- XIV - implementação da usina de reciclagem, podendo ser administradas por associações e cooperativas.
- XV - firmar convênios para possibilitar a realização destas medidas com o objetivo de proteger a população e o meio ambiente.
- XVI - viabilizar a construção da Estação de Tratamento de Esgoto para a Sede Municipal;

Art. 70. - O projeto do novo aterro sanitário deverá conter no mínimo as seguintes atividades:

- I. implementação de mecanismos de restrição e proibição ao lançamento de esgotos externos;
- II. normatização para locação das fossas e da distância 1 Km para residências;
- III. definição de parâmetros de projeto (estudos populacionais, per capita de produção, volumes produzidos por ano, tipologia dos resíduos a serem coletados, período de projeto, área de abrangência, etc);
- IV. definição de processos de tratamento e disposição final;
- V. definição de dimensões das células (trincheiras) de disposição no solo;
- VI. definição dos volumes e quantidades de células necessárias;
- VII. estudos relativos aos impactos ambientais nas possíveis áreas disponíveis para o aterro, atendendo as legislações ambientais existentes;
- VIII. definição de layout para a disposição das células na área do aterro;
- IX. elaboração de projeto de correção topográfica do solo com o objetivo de viabilizar a disposição das células na área, bem como implantar as vias de acesso. A elaboração de serviços topográficos é de extrema importância;
- X. elaboração de projeto de drenagem para evitar que as águas pluviais que não incidam diretamente nas células sejam a elas conduzidas;
- XI. elaboração de projeto para coleta, tratamento e disposição de chorume;
- XII. elaboração de projeto geotécnico para a estabilidade dos taludes das células, bem como a impermeabilização dessas unidades;
- XIII. quando for o caso, elaboração de projeto para coleta e disposição de gases produzidos;
- XIV. quando for o caso, elaboração de projeto de usina de tratamento de lixo por compostagem;
- XV. quando for o caso, elaboração de projeto para a coleta seletiva de lixo, bem como unidade para separação dos resíduos a serem reaproveitados;
- XVI. elaboração de especificações técnicas para a implantação das unidades projetadas;
- XVII. elaboração de manual de operação e manutenção para as unidades projetadas;
- XVIII. desenvolvimento de programas de educação ambiental;
- XIX. realizar estudos nas áreas destinadas para implantação de fossas sépticas, juntamente com ensaios de infiltração *in situ*, a fim de avaliar quantitativamente a capacidade de infiltração dos diversos tipos de solos e as capacidades dos sumidouros;

- XX. realizar estudos específicos para quantificar os riscos de contaminação das águas subterrâneas e o possível tempo máximo de viabilidade do tipo de sistema de fossas sépticas, principalmente nos casos de utilização do manancial subterrâneo para abastecimento;
- XXI. implantar fossas sépticas seguidas por valas de infiltração ou sumidouros, respeitando a norma técnica NBR - 7229/93 (Projeto de Instalação de Fossas Sépticas) e as recomendações, usualmente, adotadas pela concessionária local;
- XXII. implantar sistema de drenagem pluvial com dispositivos de recarga artificial de aquífero e dissipadores de energia (tipo impacto) nos lançamentos finais nos cursos d'água;
- XXIII. realizar atividades de limpeza pública eficientes, a fim de evitar o transporte de resíduos sólidos e sedimentos para a rede de drenagem pluvial e, conseqüentemente, para os cursos d'água.

Parágrafo Único acrescentar diretriz para o manejo do aterro controlado atual

Art. 71. No campo do abastecimento por água potável, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e atividades de limpeza pública, são necessários os seguintes estudos e atividades:

- I. estudo hidrogeológico considerando as reservas hídricas renováveis, permanentes, totais e exploráveis, a quantidade de poços compatíveis com cada sistema aquífero e os valores máximos de bombeamento sem risco de exaustão dos aquíferos.;
- II. avaliação das ocupações das áreas (uso do solo) de realimentação dos aquíferos, a fim de preservar os processos de recargas naturais;
- III. obter licenças ambientais e outorgas de direito de uso para os poços tubulares em utilização e a serem perfurados;
- IV. programa de monitoramento dos dados de vazão e níveis estáticos e dinâmicos dos poços tubulares profundos existentes e a serem executados, visando à identificação de impactos ambientais em áreas próximas aos mesmos;
- V. realizar estudos nas áreas destinadas para implantação de fossas sépticas, a fim de avaliar quantitativamente a capacidade de infiltração dos diversos tipos de solos e as capacidades dos sumidouros;
- VI. realizar estudos específicos para quantificar os riscos de contaminação das águas subterrâneas, quando se utilizar de sistema de fossas sépticas, próximas a mananciais de abastecimento público;
- VII. implantar sistema de drenagem pluvial com dispositivos de recarga artificial de aquífero e dissipadores de energia do tipo impacto nos lançamentos finais nos cursos d'água;
- VIII. realizar atividades de limpeza pública eficientes, a fim de evitar o transporte de resíduos sólidos e sedimentos para a rede de drenagem pluvial.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 72. No meio rural, a atuação do Município far-se-á no sentido da fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso ao meio de produção e geração

de renda, e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar esse propósito mediante os seguintes objetivos:

- I. oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural, condições de trabalho e de mercado para os produtos, o acesso aos recursos naturais, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida para a família rural;
- II. incentivar o grande produtor a desenvolver tecnologias, qualificar mão-de-obra e trazer benefícios à coletividade municipal;
- III. garantir o uso agropecuário, preservada a qualidade dos mananciais, e demais recursos naturais;
- IV. incentivar, se for o caso, a exploração do agroturismo e do turismo ecológico por meio da elaboração de projeto especial e implantação de infra-estrutura básica, permitida a parceria com a iniciativa privada;
- V. exigir a recuperação, pelas empresas exploradoras de recursos naturais não renováveis, das áreas degradadas por suas atividades.

Art. 73. Como principais instrumentos para o fomento da produção da zona rural, o Município utilizará a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.

Art. 74. Através de seu órgão competente o Poder Executivo promoverá:

- I - atualização de cadastro geral das propriedades rurais do Município com indicação do uso do solo, produção, cultura agrícola e desenvolvimento científico e tecnológico das unidades de produção;
- II - regularização fundiária dos projetos de assentamento do lavrador em área de domínio público.

Art. 75. As terras públicas situadas fora da área urbana serão destinadas preferencialmente ao assentamento de famílias de origem rural, projetos de proteção ambiental ou pesquisa, experimentação agropecuárias, bem como ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao ecoturismo e ao turismo rural.

Art. 76. As ações de apoio à produção somente atenderão aos estabelecimentos agrícolas que cumpram a função social de propriedade conforme definição em lei.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público:

- I – planejar e implantar a política de desenvolvimento agrícola compatível com a política agrária e com a preservação do meio ambiente e conservação do solo estimulando os sistemas de produção integradas a policultura, pecuária e agricultura;
- II – instituir programas de ensino agrícola associado ao ensino não formal e a educação, para preservação do meio ambiente;
- III – utilizar seus equipamentos, mediante convênio com cooperativas agrícolas ou entidades similares, para o desenvolvimento das atividades agrícolas dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais;
- IV – estabelecer convênios para a conservação das estradas vicinais.

Art. 77. A conservação do solo é de interesse público em todo território do Município, impondo-se à coletividade e ao Poder Público o dever de preservá-lo, e cabendo a este:

- I – orientar os produtores rurais sobre técnicas de manejo e recuperação do solo;
- II – disciplinar o uso de insumos e de implementos agropecuários e incrementar o desenvolvimento de técnicas e tecnologias apropriadas, inclusive as de adubação orgânica de forma a proteger a saúde do trabalhador, a qualidade dos alimentos e a sanidade do meio ambiente;
- III – controlar a utilização do solo agrícola, estimulando o reflorestamento das áreas inadequadas à exploração agropecuária, mediante plantio e conservação de espécies próprias para manutenção do equilíbrio ecológico.

Art. 78. Cabe ao Município, o planejamento do desenvolvimento rural em seu território, observando o disposto na Constituição Federal e demais diplomas afetos.

Art. 79. A política rural do Município promoverá acesso do homem do campo aos benefícios da Saúde, Educação e Cultura, Desporto e Lazer, Assistência Social, segurança e bem-estar em geral, reduzindo as disparidades na atribuição desses benefícios em relação ao homem urbano.

Art. 80. O Município terá um plano de desenvolvimento rural com programas anuais elaborados pelo Poder Executivo e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, na forma em que dispuser a lei, que garantirá a participação de instituições públicas implantadas no Município, iniciativa privada, produtores rurais e suas organizações e lideranças.

Art. 81. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural operará em articulação com os demais órgãos da administração, visando um planejamento e ações coordenadas.

Art. 82. O Município deverá, por iniciativa própria ou em articulação e co-participação com o Estado e a União garantir:

- I – apoio à geração, difusão e à implantação de tecnologias adaptadas às condições ambientais locais;
- II – mecanismo para proteção e recuperação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;
- III – infra-estrutura físicas, viárias, sociais e de serviços na zona rural, neles incluídos a eletrificação, telefonia, estradas e transportes, educação, saúde, segurança, assistência social e cultural, de esporte e lazer;

Art. 83. O Município celebrará convênios com órgãos oficiais prestadores de assistência técnica e extensão rural.

Art. 84. O Município estimulará a comercialização da produção rural local através da eliminação de entraves burocráticos e da criação de meios para o acesso do médio e pequeno produtor às áreas pré-estabelecidas de comercialização no Município.

Art. 85. De acordo com o Zoneamento Rural do presente Plano Diretor, fica a área rural do município de Alexânia, dividida nas seguintes zonas:

- I. Zona de Produção Rural;
- II. Zona de Proteção de Mananciais;
- III. Zona Rural de Especial Interesse Turístico e Ambiental, subdividida nas seguintes subzonas:

- a) Zona de Fragilidade 1;
- b) Zona de Fragilidade 2;
- c) Zona de Fragilidade 3
- d) Zona de Uso Agropecuário;
- e) Zona de Proteção do Lago de Corumbá IV.

§ 1.º - A Zona de Produção Rural é destinada aos usos rurais, propostos em função de análise integrada de diversos condicionantes do meio físico, objetivando o aproveitamento dos recursos naturais do desenvolvimento das atividades agro-pastoris de forma compatível com a preservação ambiental.

§ 2.º A Zona de Proteção de Mananciais, contígua ao perímetro urbano, destina-se a conservação, recuperação e manejo da bacia hidrográfica a montante do ponto de captação da SANEAGO, sem prejuízo das atividades e ações inerentes à competência de captar e distribuir água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento da população.

I. Nas Áreas definidas nesta categoria e delimitadas no Macrozoneamento será:

- a) - vedado o parcelamento de solo urbano e rural, à exceção dos parcelamentos regulares já existentes ou com projetos já registrados em cartório;
- b) restrita a atividade agropecuária aos locais atualmente ocupados, devendo ser implantadas tecnologias de controle ambiental e uso adequado do solo;
- c) mantida a existência de maciços florestais, estabelecendo um manejo que permita transformar os homogêneos em heterogêneos;
- d) proibido o lançamento direto e indireto de efluentes;
- e) exigido licenciamento ambiental para qualquer atividade potencialmente poluidora, causadora de erosão ou outras formas de degradação ambiental;
- f) vedada a instalação de indústrias poluentes;
- g) vedada a exploração de minerais;
- h) disciplinado o uso de águas subterrâneas.

II. É proibido o lançamento direto e indireto de efluentes nas áreas que venham a drenar para as Áreas de Proteção de Mananciais.

III. As alterações de uso do solo na Área de Proteção de Manancial será submetida à apreciação dos órgãos gestores das respectivas áreas.

IV. A Área de Proteção de Manancial será disciplinada por legislação específica e terão como objetivo primordial o planejamento e a gestão das bacias e microbacias hidrográficas nas quais se inserem.

V. A Área de Proteção de Manancial definida no Plano Diretor ficará extinta a partir da data de desativação da captação.

§ .3º Zona Rural de Especial Interesse Turístico e Ambiental são áreas, que incluem as propriedades interferentes em um raio de 1000 metros no entorno do nível máximo do Lago de Corumbá IV, cujo o uso do solo estão condicionadas a capacidade suporte da

atividade e às restrições urbanísticas e ambientais específicas, de acordo com a fragilidade físico-territorial.

- I. Subzona de Fragilidade Ambiental 1 – consiste na área integrante da Zona Rural de Interesse Turístico e Ambiental com baixa fragilidade ambiental;
- II. Subzona de Fragilidade Ambiental 2 – consiste na área integrante da Zona Rural de Interesse Turístico e Ambiental com média fragilidade ambiental;
- III. Subzona de Fragilidade Ambiental 3 – consiste na área integrante da Zona Rural de Interesse Turístico e Ambiental com alta fragilidade ambiental;
- IV. Subzona de Uso Agropecuário – Áreas influenciadas pela dinâmica socioeconômica do empreendimento de Corumbá IV onde atualmente são de produção agro-silvi-pastoril e cuja ocupação urbana não é desejável;
- V. ZPL – Subzona de Proteção do Lago Corumbá IV - corresponde a área do Lago, circunscrita à cota de 843,30 metros, com diretrizes de uso de acordo com as Normas da Autoridade Marinha (NORMAM).

§ .4º O Poder Público Municipal deverá ampliar as discussões junto à comunidade, devendo ainda, apresentar o Projeto Urbanístico da Zona Rural de Especial Interesse Turístico e Ambiental, baseado em um Plano Municipal de Ocupação da Área de Influência do Reservatório de Corumbá IV.

I. O prazo máximo para a conclusão desse Plano e encaminhamento a Câmara de Vereadores para apreciação, na forma de Anteprojeto de Lei Complementar, será de 3 meses após a aprovação do Plano Diretor.

TÍTULO IV DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR E DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

CAPÍTULO I DOS INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS E FINANCEIROS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Art. 85. Compete ao Poder Executivo Municipal, a implementação efetiva do Plano Diretor.

Art. 86. Esta Lei compreende instrumentos normativos, financeiros e institucionais e executivos, os quais promoverão a política de desenvolvimento sustentável do Município, assim como as diretrizes da Política Urbana, estabelecendo políticas a serem implementadas pelo Executivo Municipal.

Art. 87. São instrumentos normativos da política de desenvolvimento urbano e ordenação territorial, em complementação ao Plano Diretor, as leis que compõem a Legislação Urbanística Básica – LUB, do Município, constituída por:

- I. Lei do Perímetro Urbano;
- II. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
- III. Código de Obras;
- IV. Código de Posturas;

Art. 88. São instrumentos financeiros destinados a viabilizar o disposto neste Plano Diretor, além das leis orçamentárias constitucionais, os seguintes:

- I. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o qual poderá ser progressivo e diferenciado por zonas, conforme previsto nesta Lei, em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Cidade;
- II. recursos oriundos da arrecadação de contribuição de melhoria;
- III. Fundos Municipais, os previstos na Lei Orgânica do Município e os que poderão ser criados numa revisão da Carta Municipal;
- IV. taxas e tarifas diferenciadas por zonas, ou por tipo de uso do solo, a incidirem sobre a prestação dos serviços públicos;
- V. taxas e tarifas que venham a ser criadas, conforme disposto nos termos legais;
- VI. recursos provenientes de subvenções, convênios, produtos de aplicações de créditos celebrados com organismos nacionais ou internacionais e aqueles oriundos do exercício do Poder de Polícia.

Art. 89. São institutos jurídicos e político- institucionais do Plano Diretor e da política de desenvolvimento sustentável de Alexânia:

- I. desapropriação com títulos da dívida pública, nos termos do artigo 8.º do Estatuto da Cidade, e por utilidade pública;
- II. tombamento de imóveis e de mobiliário urbano;
- III. instituição de unidades de conservação;
- IV. instituição de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
- V. parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano, nos termos dos artigos 5.º e 6.º do Estatuto da Cidade;
- VI. usucapião especial do imóvel urbano, nos termos dos artigos 9.º ao 14 do Estatuto da Cidade;
- VII. direito de preempção, nos termos dos artigos 25 ao 27 do Estatuto da Cidade;
- VIII. outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, nos termos dos artigos 28 ao 31 do Estatuto da Cidade;
- IX. transferência do direito de construir, nos termos do artigo 35 do Estatuto da Cidade;
- X. operações urbanas consorciadas, nos termos dos artigos 32 ao 34 e 52 do Estatuto da Cidade;
- XI. regularização fundiária, nos termos dos artigos 2.º, 26 e 35 do Estatuto da Cidade;
- XII. assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- XIII. instrumentos de participação social e comunitária previstos na legislação superior e o Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana, a ser criado nos termos desta Lei.

Art. 90. São atribuições dos órgãos do Executivo Municipal responsável pelo desenvolvimento urbano e implementação deste Plano Diretor, entre outras:

- I. revisão da Legislação Urbanística Brasília - LUB, especialmente do zoneamento e de seus parâmetros e elaboração de parecer para o Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia;
- II. a coordenação e execução de projetos urbanísticos nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nas Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA, e nas Zonas de Urbanização Prioritária - ZUP;
- III. a análise de projetos de grande impacto urbanístico e/ou ambiental, em conjunto com as demais secretarias e órgãos estaduais;
- IV. a análise de projetos de parcelamento e condomínios;
- V. a análise de projetos de empreendimentos de médio e grande portes ou com planta física superior a 600m² (seiscentos metros quadrados);
- VI. a proposta de revisão sistemática do Plano Diretor;
- VII. a montagem e atualização permanente de Cadastro Técnico Municipal;
- VIII. o Planejamento Urbano e Municipal de Alexânia.

Art. 91. O Poder Público poderá instituir o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, na forma prevista no Estatuto da Cidade, das glebas ou parcelas inseridas nas áreas urbanas, com ocupação inferior a 20% (vinte por cento) dessas áreas, quando estiverem inseridas em Zonas de Urbanização Prioritária – ZUP e na Zona Industrial.

Art. 92. O direito de preempção, tal como previsto no Estatuto da Cidade, poderá ser exercido pelo Poder Executivo Municipal, através de Lei específica e de processo que respeite as exigências constantes na legislação superior, no solo urbano, nas zonas do macrozoneamento apresentado nesta Lei correspondentes às Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, na Zona de Uso Misto - ZUM e às Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA.

§ 1.º Nas ZEIS, o direito de preempção poderá ser exercido para fins de regularização fundiária, para execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, para implantação de equipamentos urbanos e comunitários e para criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

§ 2.º Nas ZEIPA, o direito de preempção poderá ser exercido para fins de implantação de espaços públicos de lazer e áreas verdes e para a criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

§ 3.º Na Zona de Uso Misto, o direito de preempção poderá ser exercido para fins de implantação de constituição de reserva fundiária e para instalação de equipamentos públicos.

Art. 93. A outorga onerosa do direito de construir, prevista na Seção IX do Capítulo II do Estatuto da Cidade, poderá ser utilizada na Zona de Uso Misto - ZUM, limitando-se a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo admitido como seu coeficiente de aproveitamento, conforme definido nesta Lei e na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 94. O Município poderá utilizar-se da transferência do direito de construir, autorizando o proprietário do imóvel urbano, privado ou público, a exercê-lo em outro

local, ou aliená-lo, mediante escritura pública, quando tal imóvel for utilizado para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, para a preservação do Patrimônio Cultural ou para servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1.º Este instrumento de política urbana aplica-se em propriedades urbanas localizadas nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e nas Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA.

§ 2.º O proprietário do imóvel objeto da transferência do direito de construir poderá exercer esse direito nas Zonas de Uso Misto - ZUM.

§ 3.º A transferência do direito de construir, prevista na Seção XI do Capítulo II do Estatuto da Cidade, não poderá implicar na superação do teto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo admitido para o coeficiente de aproveitamento da Zona de Uso Misto - ZUM, para cada lote ou unidade do solo urbano objeto da transferência do direito de construir.

§ 4.º A matéria deverá ser tratada, em cada caso, por legislação municipal e processos específicos, sujeitos à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana, os quais deverão estabelecer as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir, observadas a legislação municipal, estadual e federal.

Art. 95. As operações urbanas consorciadas, previstas na Seção X do Capítulo II do Estatuto da Cidade, poderão ser realizadas nas Zonas Especiais de Interesse Paisagístico e Ambiental – ZEIPA, nas Zonas de Urbanização Prioritária - ZUP, nas Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e na Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural - ZEIHC.

§ 1.º Por meio de lei específica, o Poder Público Municipal fará aprovar a operação urbana consorciada, através de um plano específico, respeitadas as disposições constantes nos artigos 33 e 34 do Estatuto da Cidade.

§ 2.º As operações urbanas consorciadas não poderão gerar direitos construtivos e de uso e ocupação do solo que contrariem esta Lei e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, sendo permitidos os limites admitidos no caput do Art. 79 desta Lei, relativos à outorga onerosa do direito de construir, e no parágrafo 3.º do artigo 80, relativos à transferência do direito de construir, exclusivamente para as mesmas Zonas para as quais tais instrumentos de política urbana são admitidos.

Art. 96. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses após a aprovação do Plano Diretor, o Poder Público Municipal, através do órgão ambiental municipal, com a aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana, deverá elaborar e submeter ao Poder Legislativo, lei específica que definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana que dependerão da elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal, nos termos dos artigos 36 ao 38 do Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana poderá solicitar a elaboração do EIV dos projetos de construção, ampliação ou funcionamento de atividade localizados na Zona de Interesse de Preservação Histórica e Cultural.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DE POLÍTICA URBANA

Art. 97. A partir da aprovação deste Plano Diretor, o Município deverá instituir, para fins de implementação do Plano Diretor e de acompanhamento, avaliação e revisão da Política Urbana, como parte do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do artigo 42 do Estatuto da Cidade, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia.

§ 1.º A instituição do Conselho citado no *caput* deste artigo deverá ocorrer, no máximo, 6 (seis) meses após a aprovação desta Lei, e sua instituição e composição deverão estar estabelecidas em Lei própria, respeitadas as diretrizes relativas à composição, às funções e ao perfil dos seus membros constantes nesta Lei.

§ 2.º O Conselho citado no *caput* deste *artigo* terá reuniões ordinárias, conforme definido na sua Lei de criação, e poderá reunir-se extraordinariamente, por convocação da Secretaria Executiva ou por metade mais um de seus membros.

§ 3.º A Prefeitura Municipal deverá publicar, previamente, a pauta das reuniões do Conselho citado no *caput* deste artigo.

Art. 98. O Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia deverá possuir uma composição paritária, reunindo representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 1.º Os órgãos municipais responsáveis pelo planejamento municipal e urbano, pelo meio ambiente e pelas questões de ordem jurídica deverão estar representados no Conselho citado no *caput* deste Artigo, preferencialmente pelos respectivos titulares desses órgãos ou por técnicos da Prefeitura que possuam uma formação profissional compatível com as funções a serem por eles desempenhadas.

§ 2.º O Estado de Goiás e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, deverá ser convidada para compor o Conselho citado no *caput* deste Artigo.

§ 3.º Quando o Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia estiver apreciando matéria relativa ao Patrimônio Cultural do Município, o Conselho Municipal de Educação e Cultura deverá ser convidado para participar das discussões e, se for o caso, emitir parecer sobre a matéria.

§ 4.º Por parte da sociedade civil, deverão estar representados no Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia:

- I. 3 (três) representantes de entidades empresariais;
- II. 3 (três) representantes de associação comunitárias;

§ 5.º Fica facultado ao proprietário, ou seu representante legal, responsável pelo projeto a ser analisado pelo Conselho, a participação na reunião correspondente, para exposição de seu projeto.

§ 6.º Os membros do Conselho citado no caput deste Artigo não terão nenhum tipo de remuneração ou vantagens, e os membros pertencentes ao Poder Público não receberão quaisquer vantagens salariais em função de sua participação no Conselho.

§ 7.º O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, renovável por igual período, não devendo, contudo, sua renovação, ocorrer em período eleitoral, ou seja, 06 (seis) meses antes ou depois das realizações das eleições municipais.

§ 8.º Cada titular terá um suplente, tecnicamente credenciado, indicado por sua entidade ou órgão no mesmo ato da indicação do membro titular, substituindo-o nas suas ausências e impedimentos.

§ 9.º O Órgão Municipal responsável pelo planejamento urbano exercerá as funções da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia.

Art. 99. O Conselho Municipal de Desenvolvimento e de Política Urbana de Alexânia, criado nos termos desta Lei, irá, no âmbito de sua competência, e solidariamente aos órgãos do Executivo Municipal responsáveis pelo Planejamento Urbano e Rural:

- I. fiscalizar a aplicação do Plano Diretor e da Política Urbana, sem prejuízo dos direitos previstos em Lei, quanto a outros órgãos, entidades ou pessoas;
- II. analisar as propostas de alteração da Legislação Urbanística Básica - LUB, especialmente do zoneamento e de seus parâmetros, a partir dos pareceres apresentados pelo Executivo Municipal, pronunciando-se a respeito da matéria;
- III. apreciar e dar anuência sobre os projetos de grande impacto urbanístico e/ou ambiental, assim como os projetos de parcelamento, condomínios e empreendimentos de médio e grande portes, nos termos definidos pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- IV. atender às demandas de pronunciamento previstas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- V. apreciar as propostas de revisão sistemática do Plano Diretor, conforme estabelece o Estatuto da Cidade;
- VI. apreciar sobre a criação de Zonas e Áreas Especiais, notadamente as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.
- VII. apreciar as propostas de preservação e tombamento de bens representativos do Patrimônio Cultural do Município, quando o Conselho Municipal de Educação e Cultura não se manifestar ou estiver impedido de fazê-lo;
- VIII. garantir a participação social e comunitária no processo de gestão urbana;
- IX. apreciar e deliberar sobre os casos omissos a esta Lei;
- X. apreciar recursos de suas decisões, bem como outras demandas, atendendo solicitação da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O Conselho citado no caput deste artigo deverá pronunciar-se, baseando-se, sempre que necessário, em estudos e pareceres técnicos, os quais deverão ser providos ou contratados pelo Poder Público Municipal.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 100. O Município deverá providenciar a elaboração ou revisão dos Planos, Códigos e Leis previstos neste Plano Diretor nos prazos estabelecidos.

Parágrafo único. Na ausência de prazos, os instrumentos jurídico-normativos ou técnicos a serem preparados pelo Poder Público municipal e seus órgãos deverão estar prontos e, se for o caso, encaminhados para a apreciação da Câmara de Vereadores, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses da aprovação do Plano Diretor.

Art. 101. Os serviços municipais, responsáveis pelas ações de fiscalização, orientação ou cumprimento do Plano Diretor do Município de Alexânia, serão responsabilizados penal e administrativamente por omissão ou favorecimento, devidamente comprovado.

Art. 102. Os mapas e croquis utilizados neste Plano Diretor foram elaborados a partir do tratamento de imagens de satélites fornecidas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN e contratadas pelo Governo de Goiás e a partir das plantas digitalizadas disponíveis na Prefeitura Municipal de Alexânia.

Parágrafo único. Na montagem do Cadastro Técnico Municipal, o Executivo poderá atualizar sua base cartográfica, devendo, se necessário, promover a adequação dos mapas e plantas deste Plano Diretor e de suas peças.

Art. 103. Integram esta Lei do Plano Diretor de Alexânia os seguintes anexos:

Anexo I – Macrozonamento Municipal;

Anexo II – Zoneamento da Sede Municipal e do Distrito de Olhos d' Água;

Anexo III – Mapa do Abarramento.

Art. 104. Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alexânia, __ de _____ de 2006

Prefeito Municipal de Alexânia